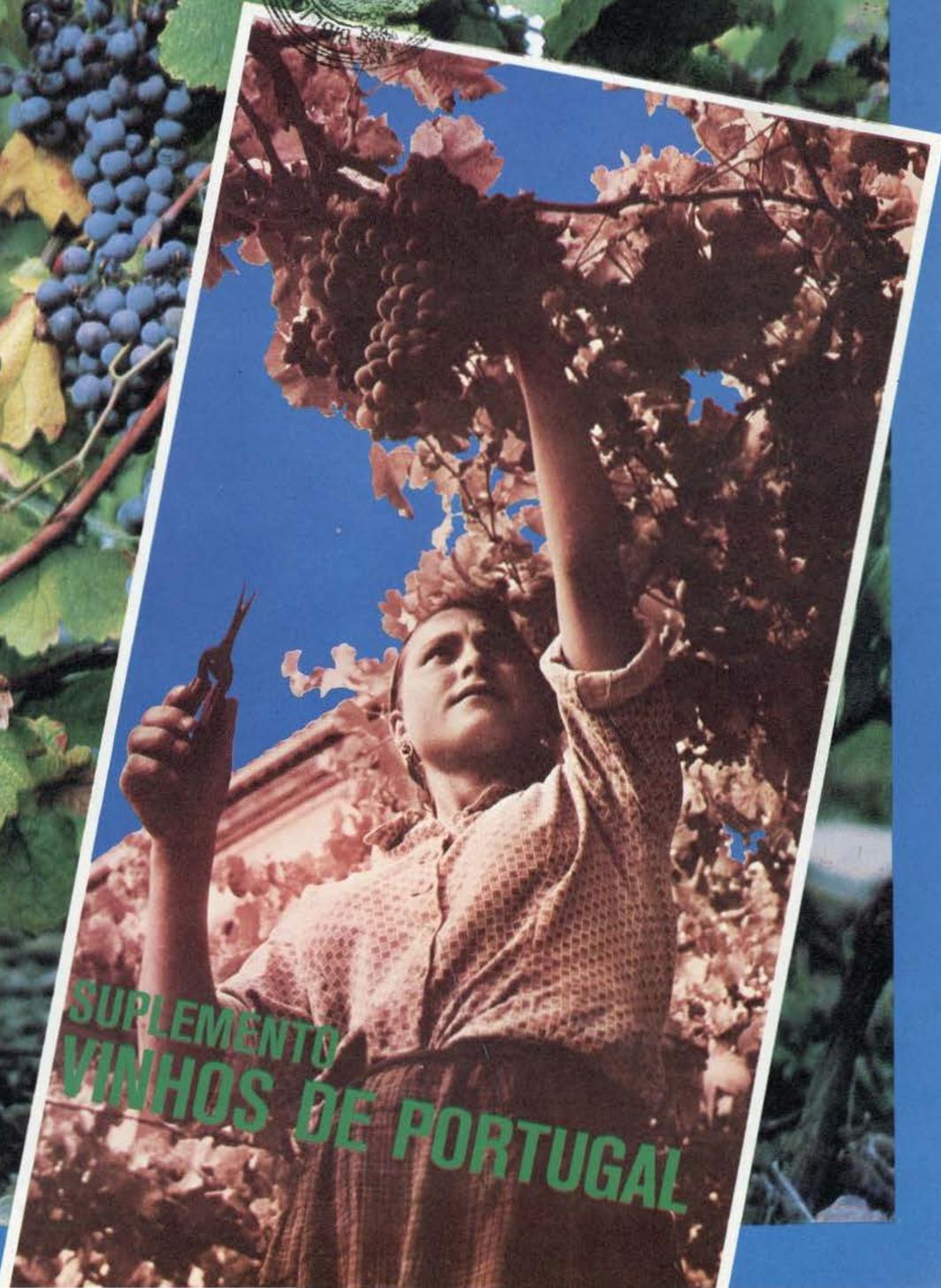


471

25^º ANIVERSÁRIO

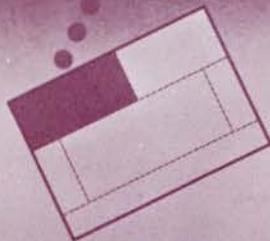
COMUNIDADES PORTUGUESAS

Publicação mensal da Secretaria de Relações Exteriores e Emigração



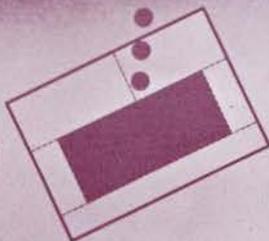
SUPLEMENTO
VINHOS DE PORTUGAL

Escreva assim OS SEUS envelopes



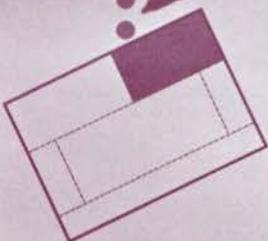
remetente

Escreva aqui a sua morada completa. Não se esqueça de pôr o seu **CODIGO POSTAL** na última linha.



endereço

Escreva aqui o seu endereço: o nome da pessoa a quem quer escrever, a morada completa e **na última linha o CÓDIGO POSTAL respectivo** (quatro algarismos e o nome de uma localidade, **sem pontos, nem traços separadores**).



selos

Este espaço é reservado aos selos.



ATENÇÃO!
NÃO
ESCREVA NADA
NESTA ZONA

As máquinas de tratamento de correspondência precisam de a encontrar limpa.

meio caminho andado



CODIGO POSTAL





Capa: A vinha, a uva e a vindima constituem o tema da **capa e contra-cap**a deste número, cujo suplemento é, aliás, dedicado aos vinhos do nosso País, assunto que desenvolvemos nas páginas centrais e que, pela sua importância, justificou a inclusão de uma entrevista com o vice-presidente da Junta Nacional do Vinho, ao longo da qual são abordados alguns dos principais problemas de um sector que representa cerca de 15 por cento do Produto Nacional Bruto e ocupa, directa ou indirectamente, quase um milhão e duzentos mil portugueses.

Colaboração fotográfica: Agência ANOP, «A Capital», «Diário de Notícias», Direcção-Geral da Divulgação, Instituto Português de Cinema, António Manuel, Casa de Macau, Direcção dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Macau, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Instituto Nacional de Estatística, Serviços de Património Musicológico da Direcção-Geral do Património Cultural e Perestrellos Photographos (Funchal).

O suplemento «Vinhos de Portugal» contou com a colaboração fotográfica e documental da Biblioteca da Junta Nacional do Vinho, Instituto do Vinho do Porto, Madeira Wine Association Lda., Francisco de Assis e Estúdios Tavares da Fonseca (Porto).

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO



O dr. Mário Viçoso Neves foi empossado no cargo de secretário de Estado da Emigração do V Governo Constitucional.

Antigo jornalista e fundador do vespertino «A Capital» (2.ª série), o dr. Mário Neves é licenciado em Direito e exerceu já, nomeadamente, as funções de administrador do Instituto Português de Oncologia, secretário da Comissão Técnica dos Hospitais Escolares de Lisboa e Porto, comissário-geral e vice-presidente da Feira Internacional de Lisboa, director-geral da Associação Industrial Portuguesa, membro da direcção da União das Feiras Internacionais e comissário-adjunto de Portugal para a Exposição Mundial e Internacional de Bruxelas, realizada em 1958.

Mário Neves foi o primeiro embaixador de Portugal em Moscovo, após o 25 de Abril, tendo desempenhado, simultaneamente, os cargos de embaixador não residente em Ulan-Bator e Pyonyang. Em Abril de 1978, foi nomeado presidente da comissão encarregada de coligir a documentação relativa à política externa portuguesa (Livro Branco), assumindo, ainda nesse ano, a direcção do jornal «Comunidade», editado anualmente pela comissão organizadora do «Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas».

PORTUGAL HOJE

- 2 V Governo Constitucional
- 5 Censo Populacional de 1981
- 7 A Estatística ao Serviço do País
— Entrevista com o presidente do I.N.E.
- 8 A Cultura do Tabaco em Portugal
- 10 Os 125 anos de «O Comércio do Porto»
- 12 IV Centenário de Camões
- 13 Campeões de Futebol 78/79
- 15 Joaquim Agostinho: Uma lição de profissionalismo
- 16 REGIONAL
- 21 SUPLEMENTO: Vinhos de Portugal
- 33 Visita Presidencial à Jugoslávia
- 35 Comissão Mista Luso-Angolana reuniu em Lisboa
- 37 Comércio Externo
- 41 COMUNIDADES
- 47 TOME NOTA
- 51 OS LEITORES ESCREVEM
- 52 CIRCUITO DE CINEMA DA S.E.N.E.E.

PUBLICAÇÃO MENSAL DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO

Direcção

Manuel Árias
Director do Serviço de Informação e Apoio Cultural

Edição

Serviço de Informação e Apoio Cultural

Sede

Ministério dos Negócios Estrangeiros
Palácio das Necessidades, 1.º Piso
Largo do Rilvas
1354 Lisboa CODEX — Portugal
Telefs. 67 67 00/1/2

Composição e impressão

Casa Portuguesa
R. das Gáveas, 109
1200 Lisboa - Portugal
Telefs. 36 67 76/77

EDIÇÃO EUROPA

Commission paritaire n.º 3331 P

Representante

Embaixada de Portugal
Serviço de Programação e Apoio
6, Passage Dombasle
75015 - Paris - França
Telefs. 533 95 95 e 533 96 96

Distribuição

França, R. F. A., Bélgica, Lux.,
Holanda, Suíça, Inglaterra

Preços

França — 4 FF
R.F.A. — 2 DM
Bélgica — 35 FB
Luxemburgo — 32 FL
Holanda — 2 FLS
Suíça — 2 FS
Inglaterra — 50 P

V GOVERNO CONSTITUCIONAL

Em cerimónia realizada no Palácio da Ajuda, no passado mês de Agosto, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, empossou o V Governo Constitucional, chefiado pela Eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo e integrado pelas seguintes personalidades: tenente-coronel Manuel Costa Brás (ministro-adjunto para a Administração Interna); coronel José Alberto Loureiro dos Santos (Defesa Nacional); embaixador João Freitas Cruz (Negócios Estrangeiros); dr. Pedro Sousa Macedo (Justiça); prof. António Sousa Franco (Finanças); eng.^o Carlos Correia Gago (Coordenação Económica e Plano); eng.^o Joaquim Silva Lourenço (Agricultura e Pescas); eng.^o Fernando Marques Videira (Indústria); eng.^o Acácio Pereira Magro (Comércio e Turismo); eng.^o Alfredo Bruto da Costa (Coordenação Social e Assuntos Sociais); dr. José Sá Borges (Trabalho); eng.^o Frederico Monteiro da Silva (Transportes e Comunicações); eng.^o Mário de Azevedo (Habitação e Obras Públicas); prof. Adérito Sedas Nunes (Coordenação Cultural e Cultura e Ciência); eng.^o Luis Veiga da Cunha (Educação); major João Figueiredo (Comunicação Social); dr.^a Teresa Santa Clara Gomes (secretário de Estado adjunto do Primeiro-ministro).



Recorda-se que na comunicação ao País — a que nos referimos no número anterior — em que anunciou a nomeação de um Governo de gestão, a dissolução da Assembleia da República, depois da aprovação do programa do novo Executivo, e a próxima realização de eleições legislativas intercalares, o Presidente da República esclareceu os portugueses acerca das razões que o conduziram à tomada de tal conjunto de decisões, tendo salientado, em particular, a necessidade urgente de se conseguir «uma estabilidade política que permita o lançamento de medidas sérias de recuperação económica». «Tornou-se evidente — acentuou Ramalho Eanes — que não é possível responder à gravidade dos problemas que enfrentamos com Governos parlamentares frágeis que, para sobreviverem, são obrigados a uma negociação constante das suas concepções e a uma distorção frequente dos seus programas».

«Eleições exclusivamente intercalares»

Mais adiante, ao referir o significado político das próximas eleições, o Presidente afirmou, a dado passo: «O primeiro ponto que se deve sublinhar é que essas eleições serão exclusivamente intercalares. Quer isto dizer que em nenhuma circunstância o próximo acto eleitoral poderá substituir as eleições legislativas de 1980. E significa também que o Parlamento resultante das eleições intercalares não poderá, de modo nenhum e sob nenhum pretexto, assumir os poderes de revisão constitucional reservados pela Constituição à Assembleia a eleger em 1980».

Por fim, o general Eanes realçou o facto de o anúncio das eleições intercalares iniciar um clima político pré-eleitoral que durará cerca de ano e meio, recordando, ainda, que o novo Governo submeterá o respectivo programa ao actual quadro parlamentar, pelo que a dissolução da Assembleia só se poderá tornar efectiva após a aprovação do programa governativo.

Indigitação de Lurdes Pintasilgo

Uma semana depois, a Presidência da República anunciava publicamente a indigitação da eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo, actual embaixador de Portugal junto da UNESCO, para o cargo de Primeiro-ministro, acrescentando que aquela personalidade iniciaria de imediato as diligências necessárias à formação do novo Governo.

A indigitação de Lurdes Pintasilgo — que já ocupara cargos ministeriais no I e

II Governos Provisórios — não obteve um consenso unânime das principais forças políticas. Assim, o PS considerou que o Primeiro-ministro indigitado era «capaz de assegurar um Governo neutral», enquanto o PCP reservava a sua opinião para o momento em que fosse conhecido o elenco e o programa governativo. Por seu lado, tanto o PSD como o CDS — que, em conjunto com o Partido Popular Monárquico (PPM), estabeleceram recen-



Os dirigentes do PPM, PSD e CDS ao assinarem o acordo que criou a «Aliança Democrática».

tamente um acordo de incidência governamental, formando a «Aliança Democrática para uma Nova Maioria» — exprimiram a sua discordância com tal indigitação, considerando, nomeadamente, que o perfil do novo Primeiro-ministro não correspondia às exigências das funções que lhe vão ser confiadas.

«Marcha dos Cem Dias»

Na semana seguinte, em conferência de imprensa realizada no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a eng.^a Lurdes Pintasilgo revelou os nomes das personalidades que participam no V Governo Constitucional, tendo salientado, na ocasião, que o principal objectivo do novo Executivo é «abrir caminho para quem vier a seguir, seja quem for». Depois de comentar o facto de os dirigentes do PSD e CDS se terem recusado a dialogar consigo na altura da sua indigitação, Maria de Lurdes Pintasilgo negou estar envolvida em qualquer projecto de «presidencialismo-socialista-militar», ao contrário do que afirmaram responsáveis daqueles partidos políticos.

Lurdes Pintasilgo enunciou, a seguir, os critérios que presidiram à escolha das personalidades que aceitaram participar nesta «marcha dos cem dias»: a competência, a «total imparcialidade» e a «experiência de gestão em termos de função governativa».

De salientar, a propósito, que no elenco do V Governo Constitucional figuram cinco membros do Executivo anterior: Loureiro dos Santos, Freitas Cruz, Pereira Magro, Joaquim Lourenço e Mário de Azevedo. Por outro lado, Costa Brás, Sousa Franco, Sá Borges, João Figueiredo e Teresa Santa Clara Gomes já tinham exercido, também, funções governativas. ■

Imagens da tomada de posse dos membros do novo Executivo, cerimónia que se realizou no Palácio da Ajuda, em Lisboa.





6 ao comércio interno (grossistas e retalhistas), aos empregos e salários dos portugueses e às famílias (referente a despesas, consumo de bens duráveis, ocupação de tempos livres, leituras, etc.). Além destas, uma das principais actividades do Instituto vai ser a realização do recenseamento agrícola, a começar provavelmente no próximo mês de Outubro.

Inquérito-piloto em sete freguesias

Os recenseamentos da População e da Habitação, a efectuar em Março de 1981,

procuram responder às seguintes questões: «Quantos somos?»; «Como somos?»; «Quantos alojamentos temos em Portugal?»; «Quantos alojamentos há sem condições?»; «Quantos são necessários e onde?».

Entretanto, durante o passado mês de Junho, foram testados junto de 800 famílias — entre 2500 e 2800 habitantes — os questionários a utilizar em 1981. Esse inquérito-piloto, destinado a conhecer as dificuldades do preenchimento dos questionários com vista ao aperfeiçoamento dos mesmos, realizou-se em sete freguesias de cinco concelhos escolhidos entre os 274

existentes no continente: Marinha das Ondas e Quaiões, da Figueira da Foz; Alto do Pina, de Lisboa; Liceia, de Montemor-o-Velho; Pelariga e Vermoil, de Pombal; e Granja do Ulmeiro, de Soure.

Colaboração com a C.E.E.

O INE vai participar pela primeira vez num estudo financiado pela Comunidade Económica Europeia (CEE) que visa determinar a diferença do poder de compra nos vários países da Comunidade. Esse estudo que começará no próximo ano com a realização de inquéritos em todos os países do Mercado Comum, compreende perguntas sobre 700 artigos de consumo e permitirá analisar os gastos normais de uma família. Paralelamente, o INE manterá observadores em todos os grupos de trabalho da CEE.

População em crescimento

No nosso País, registou-se, nos últimos anos, uma alteração muito sensível no número de habitantes. Assim, depois de se ter verificado uma descida acentuada entre 1960 e 1973 (de um pouco mais de nove milhões para menos de nove milhões de habitantes), facto que se atribui à emigração, nesse período, de um milhão e 200 mil portugueses para o estrangeiro, registou-se, a partir de 1974, um aumento considerável da população.

Depois desse ano e devido à redução sensível do fluxo migratório e também à vinda dos retornados das ex-colónias, o aumento confirmou-se e a população portuguesa atingiu, em 1976, os nove milhões e 700 mil pessoas. Prevê-se que haja 10 milhões de habitantes em 1980 e 10,5 milhões em 1990.

Segundo alguns especialistas, se as actuais condições se mantiverem, o crescimento da população portuguesa será negativo somente depois do ano dois mil. É para essa perspectiva que apontam as taxas de natalidade e de mortalidade do País, que eram de 18 e 10 por mil, respectivamente, em 1975, enquanto, no mesmo ano, a taxa de natalidade da Comunidade Económica Europeia se situava muito abaixo da portuguesa: 13 por mil.

Por último, registre-se que a taxa de actividade nacional, ou seja, a percentagem de pessoas ligadas a um trabalho remunerado (como trabalhadores por conta de outrem ou empresários pequenos, médios ou grandes), era de 44 por cento, isto é, em cada 100 pessoas, 44 estavam ligadas à vida de trabalho.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE CENSOS E INQUÉRITOS

RECENSEAMENTOS DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO

O PAÍS PRECISA SABER:

- QUANTOS SOMOS? EM 1970 ÉRAMOS MAIS DE OITO MILHÕES E MEIO DE PORTUGUESES. E EM 1981?
- COMO SOMOS?



E AINDA:

- QUANTOS ALOJAMENTOS TEM PORTUGAL?
- QUANTOS ALOJAMENTOS HÁ SEM CONDIÇÕES?
- QUANTOS ALOJAMENTOS SÃO NECESSÁRIOS? ONDE?

A ESTAS E A OUTRAS PERGUNTAS RESPONDERÃO OS RECENSEAMENTOS DA POPULAÇÃO E DA HABITAÇÃO DE 1981, ATRAVÉS DAS RESPOSTAS DOS PORTUGUESES.

(148 mm x 210 mm) 334-1079



ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO INE

A ESTATÍSTICA AO SERVIÇO DO PAÍS

A preparação dos próximos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, a sua importância e principais objectivos e, ainda, a reestruturação em curso no Instituto Nacional de Estatística, são os principais temas desta entrevista com o dr. J. F. Graça Costa, presidente do Conselho de Direcção do INE.

— Como estão a ser preparados os Censos Populacional e de Habitação que vai realizar-se em 1981?

Os recenseamentos da População e Habitação vêm sendo preparados há já alguns anos com larga participação de vários departamentos da administração representados nos grupos de trabalho a quem coube a discussão dos vários e especiais problemas que se levantam, quando em qualquer país se preparam recenseamentos.

Começámos, primeiro, por definir as estruturas dos referidos grupos de trabalho e elaborar o material para discussão. O primeiro grupo a funcionar foi o que se debruçou sobre as características da população portuguesa e das habitações que deveriam ser objecto dos censos. Foi um trabalho minucioso que partindo das recomendações da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas e ainda do Serviço de Estatística da Comunidade Económica Europeia, em que Portugal se integrará futuramente, e analisando ainda os anteriores recenseamentos portugueses, permitiu estabelecer o que costumamos conhecer como

o programa, ou seja, quais as características dos Portugueses (idade, actividade económica, local de trabalho, instrução, religião, etc.) e das habitações (existência de abastecimento de água, existência de luz eléctrica e esgotos, etc.) que interessava medir, e a forma como as apresentaríamos nas publicações futuras.

Refiro apenas estes estudos por os considerar os mais significativos e de interesse, mas outros foram feitos sobre, por exemplo: legislação a publicar sobre as competências dos vários intervenientes; os meios a adquirir para tratar a informação referente aos milhões de portugueses e aos milhões de habitações que iremos recensear; a publicidade a utilizar para divulgar o que as populações devem fazer e como o devem fazer, etc.

O programa dos recenseamentos foi discutido no Conselho Nacional de Estatística que reúne os representantes de todos os Ministérios e por ele aprovado.

A partir de agora iremos fazer uma série de testes para estudarmos a reacção da população aos questionários que lhe vamos apresentar. Estes testes

têm como objectivo obter informações que possibilitem aos técnicos do INE redigir os questionários por forma que todos os portugueses, obviamente os alfabetizados, possam compreender o que se lhes pergunta e responder correcta e precisamente. Correção e precisão indispensáveis à boa qualidade dos recenseamentos.

— Qual a importância real desses Censos e que objectivos se pretendem alcançar com a sua realização?

Vou tentar responder à pergunta de uma forma simples e objectiva. Para tal dividirei a resposta em duas partes. Na primeira, referirei o interesse e objectivos do Recenseamento da População; na segunda, os do Recenseamento da Habitação.

Os objectivos do recenseamento da população é caracterizar a população portuguesa nos seus aspectos mais significativos, por exemplo: saber se é uma população envelhecida ou jovem; se está empregada ou é desempregada; em que actividade é empregada e em que lugar; que grau de instrução atingiu; por que forma assegura as suas necessidades vitais; como são as famílias portuguesas, a sua dimensão e idade dos seus filhos, onde residem; se, se deslocaram de outras terras para os locais onde residem na altura do recenseamento.

Os objectivos que acabei de referir interessam praticamente a todo o País, em geral, e, em especial, aos organismos da administração central e às autarquias locais que têm por objectivo preparar o desenvolvimento económico e social da população portuguesa. Assim, só para citar um exemplo, se verificarmos que a população está envelhecida ou a envelhecer, ou seja, que os velhos são em maior número do que os jovens, os responsáveis, conhecendo através dos números a grandeza do problema, poderão tomar as medidas adequadas e nas zonas geográficas — distri-

tos, concelhos, freguesias — onde o mal é maior.

Também o recenseamento da população tem objectivos precisos que em poucas palavras se podem resumir ao estudo das condições em que vivem os portugueses e suas famílias.

Tal como no censo da população o recenseamento da habitação interessa a todos os que, por função, devem permitir aos portugueses alcançar melhores condições de vida, pois só ele poderá mostrar os problemas existentes e a sua real dimensão.

— Sabemos, pela imprensa, que está em curso no Instituto Nacional de Estatística uma reestruturação de serviços e de métodos de trabalho e que, por outro lado, o INE luta com falta de técnicos e de equipamento para responder às actuais solicitações. Quais são as perspectivas neste âmbito?

De facto o actual Conselho de Direcção preparou um projecto de reestruturação do Instituto que submeteu à apreciação do membro do Governo que tutela o Instituto.

Para além dessa acção, tem efectivamente feito esforço para se reforçar com pessoal técnico superior e melhorar sobretudo o equipamento informático de que dispõe. Estas acções têm sido bem sucedidas e poderemos afirmar que seguramente no final do corrente ano disporemos de novo equipamento informático mais potente que o actual.

Quanto à reestruturação, o nosso projecto procura adaptar as estruturas do INE por forma a permitir corresponder melhor às obrigações que, na área da produção de estatísticas, irão advir, aquando da entrada do país na CEE.

Já fizemos uma primeira análise de todos os problemas advenientes da integração e estamos convictos que a reestruturação do Instituto é indispensável para assegurar a nossa capacidade de resposta quer às solicitações internas quer externas.

A CULTURA DO TABACO EM PORTUGAL

A conversão da agricultura nacional exige, simultaneamente, a introdução de novas técnicas de cultivo e de novas culturas que tornem possível a diversificação do sistema produtivo português.

No que diz respeito ao tabaco, as experiências ultimamente realizadas permitem concluir que a sua cultura tem futuro em Portugal, prevendo-se até que, dentro de alguns anos, a produção seja suficiente para cobrir cerca de 40 por cento do consumo nacional.

De facto, após ter sido revogada, em 1975, a legislação proteccionista que, durante vários anos, proibiu a plantação de tabaco no País, e uma vez iniciada a sua cultura, registaram-se boas produções, com apreciável rendimento unitário por hectare.

Nova cultura no continente

O fomento da cultura do tabaco, planta que se dá sobretudo em climas subtropicais, resultou da colaboração entre o Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA) e a empresa pública «Tabaqueira» que nasceu da fusão de duas fábricas nacionalizadas: a «Tabaqueira» e a «Intar».

No ano de 1976, após escolha das quatro variedades a utilizar (Virgínia, Burley, Oriental e Escuro) e uma vez testada a sua adaptação aos solos nacionais, realizou-se a fase introdutória da cultura, no Vale do Sorraia. Os resultados que se obtiveram foram animadores, pois numa área de 182 hectares produziram-se 340 toneladas (no valor de 23 mil contos), sendo o rendimento por hectare de quase duas toneladas, superior, portanto, à média considerada boa, ou seja de tonelada e meia por hectare.

Na campanha do ano seguinte, as experiências alargaram-se a duas novas zonas — Idanha-a-Nova e Alcochete — mas com resultados menos animadores, que se ficaram a dever às condições climatéricas e ao mildio que atacou as plantas. Mesmo assim, verificou-se uma produção de cerca de 300 toneladas, no valor de mais de vinte mil contos.

Num futuro próximo e uma vez que a cultura do tabaco abrangerá uma área de três hectares, prevê-se que entre em funcionamento, em Coruche, uma fábrica de processamento de ramas, até aqui a ser efectuado nas instalações da Tabaqueira (em Cabo Ruivo).

O tabaco algarvio

No Algarve, zona com óptimas condições climatéricas para este tipo de plantação, a cultura do tabaco tem sido altamente compensadora para os agricultores. A plantação feita, também por conta da «Tabaqueira», em talhões com mil metros quadrados e 1.200 plantas, registou um crescimento espectacular e uma boa produção, sendo possível que a qualidade e variedade produzida permitam o lançamento de novas marcas de cigarros e charutos nacionais.

No norte do País, a experiência efectuada em Vila Real teve também resultados animadores, sendo a produção média de 4,7 toneladas por hectare.

Os resultados da introdução desta nova cultura, são francamente positivos: não só permitiram a substituição de importações, como também proporcionaram bons rendimentos ao sector agrícola e empregaram mão-de-obra numa época de baixa ocupação.



Dois aspectos de uma plantação de tabaco no Vale do Sorraia, local onde decorreu a fase introdutória da cultura, que hoje se alargou já a outras zonas do Continente.

SANEAMENTO BÁSICO

Um estudo recente que foi realizado pelo Ministério da Habitação e Obras Públicas — com base no I Recenseamento da Habitação efectuado pelo Instituto Nacional de Estatística em 1970 —, permite analisar a situação do sector do saneamento básico, o qual inclui as redes da água canalizada, esgotos e tratamento de lixos.

Quanto ao abastecimento de água potável ou canalizada, depreende-se, da análise feita nesse estudo, que, dos 2,2 milhões de unidades de alojamentos familiares existentes em Portugal, apenas um milhão (ou seja 47 por cento do total) dispunha de água canalizada. Este abastecimento que provinha de canalizações públicas (36 por cento) e particulares (11 por cento), melhorou em 1977, pois nesse ano já dispunham de água canalizada 52 por cento dos alojamentos familiares. Acrescente-se que um inquérito feito em 1974 revelava que, além de um milhão e 600 mil ligações domiciliárias de água potável, os por-

tugueses tinham à sua disposição mais de 4700 fontanários públicos, situados especialmente em pequenos aglomerados populacionais.

A situação da rede nacional de esgotos era mais negativa, pois no ano de 1977 ainda existiam 39 por cento de casas sem nenhum sistema de esgotos.

Relativamente ao terceiro aspecto, e de acordo com os resultados de um inquérito também realizado em 1974, a recolha e tratamento de lixos efectuava-se em 235 das 274 sedes de concelho analisadas. No entanto, a recolha regular de lixo em seis dias por semana, encontrava-se assegurada apenas em 136 concelhos (menos de 50 por cento). Esse inquérito revelou ainda que as lixeiras e vazadouros públicos eram o destino final da grande maioria do lixo e que só em nove concelhos havia aterros sanitários, ao passo que só quatro dispunham de instalações de tratamento de lixos.



Os novos veículos pesados e os novos contentores, que estão a ser utilizados, actualmente, por diversos municípios, possibilitam uma maior eficiência nas operações de recolha regular do lixo.



Produção de rolhas numa unidade fabril: uma das mais antigas aplicações industriais da cortiça.

INDÚSTRIA CORTICEIRA

A indústria corticeira nacional tem contribuído positivamente para o equilíbrio da nossa balança comercial. Este ano, segundo uma nota recente do Ministério da Agricultura e Pescas, o valor das exportações de cortiça e de produtos corticeiros deve atingir, pela primeira vez, os dez milhões de contos.

Recorde-se, a propósito, que as 426 unidades de transformação de cortiça existentes no nosso País empregam cerca de 16 mil trabalhadores e situam-se predominantemente nos distritos de Aveiro (concelho da Feira) e de Setúbal (concelhos do Montijo, Almada e Moita).

Refira-se ainda que, a partir de 1974, foram encerradas cerca de 60 unidades fabris. Por outro lado, apenas quinze por cento das empresas empregam, em média, mais de 50 trabalhadores, enquanto as restantes (85 por cento do total) são de pequena dimensão.

Os maiores compradores dos nossos produtos corticeiros são os países do Mercado Comum, da EFTA e os Estados Unidos, cabendo à Alemanha Federal e à França, nossos principais clientes, a compra de cerca de 37 por cento do total das nossas exportações neste sector.

INSTITUTOS DA CARNE E DO LEITE

Foram oficialmente criados os Institutos Nacionais da Carne e do Leite, organismos especializados que, integrando-se na nova Lei Orgânica do Ministério da Agricultura e Pescas, visam substituir a actual Junta Nacional dos Produtos Pecuários.

O fomento da produção da carne e do leite, a defesa da qualidade dos produtos e a reorganização dos circuitos de distribuição, tendo em vista a definição do programa de abastecimento ao público consumidor, são os principais objec-

tivos que presidiram à criação dos dois novos organismos, que irão contribuir para a reestruturação da pecuária nacional, de modo a que esta possa inserir-se, sem desvantagens apreciáveis, no espaço económico do Mercado Comum. Para tal, as respectivas Comissões Instaladoras começaram a inventariar os recursos produtivos do sector incluindo as instalações e equipamento, o pessoal técnico e administrativo e as necessidades de financiamento.

Assine e divulgue "Comunidades Portuguesas"

COMÉRCIO.

PREÇO DE BARRIGATEIRA:	
PARA O PORTO	PARA AS PROVINCIAS
1.º 1.º 1.º 1.º 1.º	1.º 1.º 1.º 1.º 1.º
2.º 2.º 2.º 2.º 2.º	2.º 2.º 2.º 2.º 2.º
3.º 3.º 3.º 3.º 3.º	3.º 3.º 3.º 3.º 3.º
4.º 4.º 4.º 4.º 4.º	4.º 4.º 4.º 4.º 4.º
5.º 5.º 5.º 5.º 5.º	5.º 5.º 5.º 5.º 5.º

Publica-se todos os Segundos, Quartas, e Sextas-feiras.

PORTO e DO JUBILEU.

A Praça do Porto presta hoje o seu contributo para a economia nacional, e a sua importância é cada vez maior. A Praça do Porto é o ponto de partida para a actividade económica da cidade e do país. A Praça do Porto é o ponto de partida para a actividade económica da cidade e do país.

As ideias e a liberdade possuem um estatuto de alta importância na vida social. A liberdade é o fundamento da civilização. A liberdade é o fundamento da civilização.

Os problemas económicos e sociais são de extrema importância para o futuro do país. A solução destes problemas depende da acção colectiva da população. A solução destes problemas depende da acção colectiva da população.

Na actual situação económica, a actividade comercial é essencial para o desenvolvimento do país. A actividade comercial é essencial para o desenvolvimento do país.

Os problemas de ordem social são de extrema importância para a estabilidade do país. A solução destes problemas depende da acção colectiva da população. A solução destes problemas depende da acção colectiva da população.

Os problemas de ordem política são de extrema importância para a democracia do país. A solução destes problemas depende da acção colectiva da população. A solução destes problemas depende da acção colectiva da população.

Os problemas de ordem cultural são de extrema importância para a identidade do país. A solução destes problemas depende da acção colectiva da população. A solução destes problemas depende da acção colectiva da população.

Os problemas de ordem ambiental são de extrema importância para a qualidade de vida do país. A solução destes problemas depende da acção colectiva da população. A solução destes problemas depende da acção colectiva da população.

Os problemas de ordem tecnológica são de extrema importância para o progresso do país. A solução destes problemas depende da acção colectiva da população. A solução destes problemas depende da acção colectiva da população.

Reprodução do primeiro número do jornal «O Comércio do Porto» que, anos mais tarde, se passaria a intitular «O Comércio do Porto».

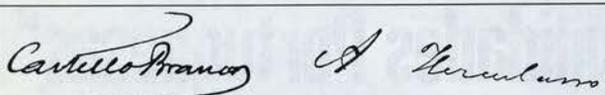
OS 125 ANOS DO «O Comércio do Porto»

FUNDADO EM 1854

«O Comércio do Porto», o jornal mais antigo do País, comemorou recentemente o seu 125.º aniversário. A efeméride foi assinalada com uma sessão solene que decorreu no salão do «Ateneu Comercial do Porto» e da qual foram oradores o jornalista Hugo Rocha, dos quadros redactoriais do matutino, e o dr. José Augusto Seabra, colunista do mesmo.

Na mesa de honra desta sessão solene estavam o dr. Neiva

de Oliveira, presidente da comissão administrativa do «Comércio do Porto», eng. Aureliano Veloso, presidente da Câmara Municipal do Porto, Fernando Albuquerque, do «Ateneu Comercial do Porto» e administrador do «O Primeiro de Janeiro», dr. Januário Nunes, em representação do Governo Civil e o capitão Campilho, em representação do comandante da Comissão Militar Norte.



«Fac-símiles das assinaturas de dois dos mais famosos colaboradores do velho matutino português: Camillo Castello Branco e Alexandre Herculanu».

«O Comércio do Porto», fundado em 1854, teve como seu primeiro director Bento Carqueja. Nas colunas do matutino portuense colaboraram personalidades tão conhecidas como Camillo Castello Branco, Rebelo da Silva, Alexandre Herculanu, Oliveira Martins, Arnaldo Gama, Pedro Ivo, Teixeira de Vasconcelos, Alberto Pimentel, Norberto de Araújo, Coelho Neto, Carlos Malheiro Dias, Henrique Lopes de Mendonça, Rocha Martins, Carolina Michaelis, Júlio Dantas, Maria Amália Vaz de Carvalho e Venceslau de Moraes.

«O Comércio do Porto» constituiu, pois, insubstituível repertório histórico e literário, não só do Norte do País, mas de todo o espaço português, figurando nas páginas dos seus 125 anos alguns dos acontecimentos mais marcantes e significativos de toda a vida nacional.

Efeméride rara e, por isso, de particular notabilidade nos tempos que correm, os 125 anos de «O Comércio do Porto» registaram as saudações de diversas entidades oficiais, civis e religiosas do distrito e do próprio Presidente da República, general Ramalho Eanes.

Daqui endereçamos ao «Comércio do Porto» os nossos mais sinceros votos de uma longa, muito longa vida, na prossecução daquilo que se escrevia no editorial do seu n.º 1, a 2 de Junho de 1854, onde, a dado passo, se lê:

«(...) Não renegaremos o louvor ou a censura a quem o mereça, porque nosso fim é estabelecer o interesse na moralidade pública (...).

Nossa missão há-de conduzir-nos forçosamente à análise dos actos governativos que disseram respeito às três classes a que dedicamos o nosso jornal. Nessa análise separaremos sempre os factos das pessoas sem molharmos nossas penas nas paixões políticas; seria inutilizar-nos fugindo do verdadeiro fim deste periódico. Como consequência renunciaremos a toda a cooperação que não seja o raciocinar plácida e constituintemente sobre a matéria».

VIII CONCURSO INTERNACIONAL DE PIANO «VIANA DA MOTA»

Com um concerto de encerramento no Auditório da Reitoria da Universidade de Lisboa, terminou o VIII Concurso Internacional de Piano «Viana da Motta», do qual saiu vencedor o soviético Arutun Papiasian, que também arrebatou o prémio para o melhor intérprete de Lopes Graça, através da execução de uma peça deste compositor português intitulada «Prelúdio, Canção e Dança». Os restantes prémios ficaram assim distribuídos: 2.º — Vagui Papiian (União Soviética); 3.º — Andreas Pistorius (República Democrática Alemã); 4.º — Pietro Rigacci (Itália); 5.º — Miriam Birger (França) e 6.º — Adrien de Waal (Holanda).

Os seis finalistas foram seleccionados entre mais de sessenta concorrentes vindos de 27 países, por um júri constituído por Meyer-Josten (RFA), Camargo Guarnieri (Brasil), Starchénov (Bulgária), Palenicek (Checoslováquia), J.-P. Sevilha (França), João de Freitas Branco, Olga Prats e Marie Antoinette Levêque (Portugal), Karl Heinz Pick (RDA), Gleb Akselrod e Vladimir Krainev (URSS), Edith Grosz e Eugen Indjic (EUA), além naturalmente, do pianista Sequeira Costa, fundador, organizador e presidente do Concurso.

PRÉMIOS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS

No decorrer de uma sessão plenária e pública da Academia das Ciências, foram entregues os prémios académicos de 1978. O «Prémio Ricardo Malheiros» foi atribuído «ex-aequo» a Álvaro Manuel de Oliveira Machado, pela sua obra «Exílio», e a Luís Cristóvão Dias

de Aguiar pela sua obra «Raiz Comovida — A Semente e a Seiva». O «Prémio Laranjo Coelho» foi entregue a Artur Beza Moreira de Sá pela obra «De Res Erasmiana — Aspectos do Erasmismo na Cultura Portuguesa do Séc. XVI». O «Prémio de Tradução Calouste Gulbenkian» foi atribuído, na secção de poesia, a João Félix de Sousa Barrento, pela sua obra «Expressionismo Alemão — Antologia Poética», e a Vasco Navarro da Graça Moura pela tradução intitulada «50 Sonetos de Shakespeare». Na secção de prosa, o prémio foi entregue a Gaetan Lampo Martins de Oliveira pela obra «O Castelo dos Destinos Cruzados».

DIVULGAÇÃO DA MÚSICA PORTUGUESA NOS EUA

Em Beverly Hills, o principal bairro de artistas de Hollywood, é possível encontrar, como última novidade, alguns discos portugueses. Assim, desde o início do ano, centenas de cópias discográficas foram já exportadas do nosso País para a América. A preferência por discos portugueses, em Beverly Hills, iniciou-se, principalmente, através da música clássica. Neste domínio as principais editoras discográficas na-



cionais enviaram para Hollywood gravações de Fernando Lopes Graça, Luis de Freitas



No Palácio dos Corochéus, na capital, esteve patente ao público a exposição «O Povo de Lisboa». Esta mostra reunia documentação sobre tipos, ambientes, modos de vida, mercados, feiras e divertimentos do povo que outrora viveu e habitou Lisboa. Nesta exposição, organizada pelos serviços culturais da edilidade lisboeta, procurou-se que o conjunto dos documentos apresentados se restringisse ao chamado «povo miúdo», ou seja, às classes laboriosas da capital que, à época, eram constituídas pelos artesãos, camponeses, pescadores e vendilhões, dado ser neste estrato social que mais se enraizaram as tradições e costumes de um povo no decurso dos séculos. Cronologicamente, a documentação exposta não ultrapassou os meados do século XVII, procurando, todavia, documentar e caracterizar os verdadeiros grupos e tipos sociais que, no passado constituíram o povo da cidade, representado por 655 espécies iconográficas. A imagem reproduz um painel de azulejos — patente na exposição —, do séc. XVIII (antes de 1755), representando o mercado da Ribeira Velha.

Branco e Adriano Jordão. «Lusitana Música» e «Segréis de Lisboa» foram duas colectâneas que encontraram particular aceitação no mercado americano. Mas não só os clássicos portugueses encontraram a preferência dos americanos. Os «LP» do grupo Tantra («Mistérios e Maravilhas» e «Holo-caustro») e o «LP» «Contos da Barbearia», da Banda do Casaco, já foram vendidos às centenas.

«CATÁLOGO GERAL DA MÚSICA PORTUGUESA»

O Serviço de Musicologia da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) iniciou a pu-

blicação do «Catálogo Geral da Música Portuguesa».



O compositor Cláudio Carneiro (1895-1963).

Trata-se da primeira obra do género que se edita em Portugal, destinando-se a reconstituir a memória da música erudita portuguesa, a qual, segundo os responsáveis pela iniciativa «tem vivido, até agora, no desconhecimento de si própria».

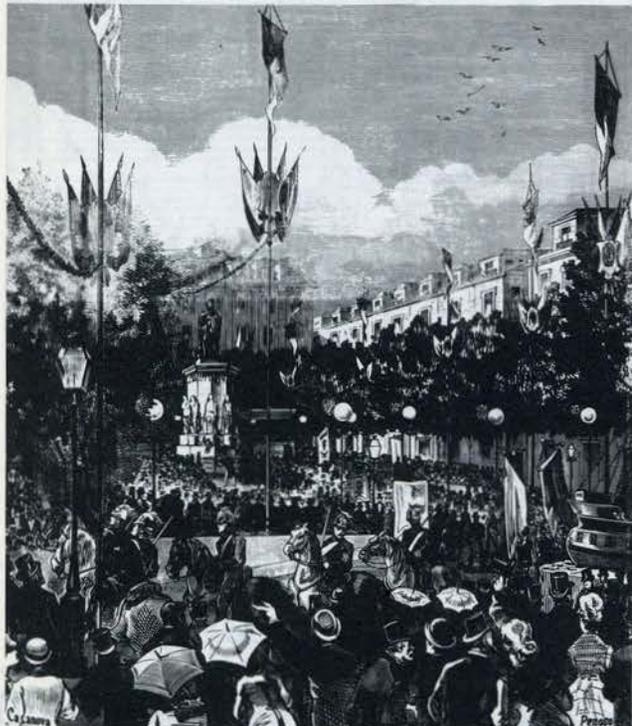
As primeiras fichas publicadas dizem respeito a seis auto-

res contemporâneos: Cláudio Carneiro, Álvaro Cassuto, Maria de Lourdes Martins, Fernando Corrêa de Oliveira, Filipe Pires e Berta Alves de Sousa.

Embora se trate de autores contemporâneos (cinco dos quais ainda vivos), a organização daquelas fichas exigiu demorado e difícil trabalho de investigação. Humberto d'Ávila, do Serviço de Musicologia da DGCP, declarou, a propósito, que, para a realização de um trabalho desta envergadura, conta-se muito com a colaboração de todos os amadores de música que disponham de informações acerca dos autores, audições, obras e intérpretes, dado que, em muitos casos, os próprios compositores não têm indicação precisa sobre a data e local em que esta ou aquela das suas obras foi tocada pela primeira vez.

IV CENTENÁRIO DE CAMÕES

Um diploma assinado pelo Primeiro-ministro e já publicado no «Diário da República», marca o dia 10 de Junho de 1980 como data oficial para o início das comemorações do IV Centenário da morte do poeta Luís de Camões.



Festas comemorativas do tri-centenário de Camões, em 1880: a chegada do cortejo cívico à Praça Luís de Camões, em Lisboa, segundo gravura da época.

A comissão de honra das referidas comemorações será chefiada pelo Presidente da República, a quem competirá nomear a respectiva comissão organizadora.

Pelo interesse de que se reveste, transcrevemos a seguir,

na íntegra, o preâmbulo do referido diploma oficial:

«Perfazem-se em 1980 quatro séculos sobre a morte de Luís de Camões.

A sua vida e a sua obra, expressão superior da nossa identidade linguística e cultural,

impuseram-se como o mais alto símbolo da própria maneira de ser e da vocação universalista do povo português.

O seu génio criador não só o guindou a um lugar ímpar entre os grandes poetas portugueses como igualmente fez dele um dos maiores vultos do humanismo e da literatura universal.

Evocá-lo é, sem dúvida exaltal a História de Portugal e do seu povo, com cujas vicissitudes, glórias e virtudes essenciais o génio de Camões se identifica.

Constitui, assim, inalienável dever da comunidade nacional honrar uma figura como a de Camões, já que as suas criações no domínio da língua portuguesa, pela dimensão histórica de que se revestem, determinaram e enformaram o próprio destino da Pátria. E o momento presente, em que Por-

tugal se confronta com graves desafios e dificuldades cuja solução assenta, indubitavelmente, na construção de um projecto comum a partir da afirmação da nossa consciência colectiva, exige um particular empenho no culto dos valores que dela fazem parte indissociável.

Nesta conformidade, é desejo do Governo que as comemorações do IV Centenário da Morte de Luís de Camões, a celebrar em 1980, tenham a maior dignidade e projecção e se realizem com a participação conjunta e generalizada dos Portugueses, tanto no País como no estrangeiro, por forma a exprimir entre nós, e perante a comunidade mundial o respeito pelos valores intangíveis da nossa História e a afirmação da nossa contribuição específica para a cultura universal.

GALARDÃO FRANCÊS PARA ESCRITORES PORTUGUESES



Três escritores portugueses, Fernando Namora, Sophia de Mello Breyner Andresen e Jacinto do Prado Coelho, foram distinguidos com a Medalha de Ouro da «Société d'Encouragement au Progrès», de França.

A cerimónia de entrega das medalhas e respectivos diplomas decorreu na Sala de Honra da Fundação Calouste Gulbenkian, na presença de diversas individualidades dos dois países.



Evite o encandeamento.

Vele pela sua segurança

e pela dos outros.

circular e viver.



CAMPEÕES DE FUTEBOL 78/79

No início desta nova temporada futebolística, será oportuno recordar, em síntese, os resultados da época 1978/79. Assim, em destaque, surge-nos o Futebol Clube do Porto que conquistou nada mais nada menos do que três títulos do futebol nacional: os Campeonatos da 1.ª Divisão, Juniores e Juvenis. Se a estes troféus acrescentarmos — facto inédito — a vitória alcançada pelos portistas na «Taça de Portugal» de basquetebol, compreenderemos melhor que esta plena forma dos «azuis-e-brancos», em várias modalidades, faz prever uma luta cerrada pela reconquista

dos títulos alcançados e pela manutenção do prestígio merecido de que gozam, no País e no estrangeiro, as equipas do F. C. Porto. Não será necessário, pois, ser-se adivinho para prognosticar — principalmente na 1.ª Divisão futebolística — que o Porto será de novo um sério candidato à vitória final na temporada que agora se iniciou.

O Portimonense, na 2.ª Divisão, o Grupo Desportivo de Bragança, na 3.ª Divisão, e o Benfica, em Iniciados, foram os clubes que conquistaram os restantes campeonatos do futebol português. Conseguirão

manter estes títulos na presente temporada? Deixamos as respostas — e os prognósticos — ao leitor.

Quanto às promoções à 1.ª Divisão, tivemos, além do Portimonense, o União de Leiria, o Sporting de Espinho e o Rio Ave. Da 3.ª para a 2.ª Divisões «subiram», além do Bragança, o C.D. Prado, U.S.C. Paredes, Amarante F.C., G.D. Mangualde, Naval 1.º de Maio, G.C. Alcobaça, G.C. Nazarenos, Oriental de Lisboa, Estrela da Amadora e o Lusitano da Évora.

No que respeita à «Taça de Portugal» o vencedor veio tam-

bém do Norte e chama-se Boavista. Os «axadrezados» bateram o Sporting, na repetição da «finalíssima», por 1-0. No jogo anterior — anulado, após prolongamento — o resultado havia sido de 1-1.

Com estes resultados, as equipas nacionais presentes nas provas europeias do «desporto-rei» são as seguintes. F.C. Porto na «Taça dos Campeões»; o Boavista na «Taça das Taças»; e, finalmente, o Sporting e o Benfica na «Taça UEFA». Veremos agora, a nível nacional e europeu, qual o comportamento dos nossos principais futebolistas.



Dirigido pelo treinador José Maria Pedroto, o «conze» do F. C. Porto — na foto — conquistou de novo o título máximo do futebol português e continua a demonstrar, na época em curso, uma forma notável e um excelente nível técnico, a avaliar pelas exhibições já realizadas.

CICLISMO: «VOLTA AO OESTE» E «GRANDE PRÉMIO DO MINHO»

Firmino Bernardino, do Louisa, sagrou-se vencedor da «Volta ao Oeste» em bicicleta.

A penúltima etapa, entre Bombarral e Mafra, na distância de 90 quilómetros, foi ganha por António Fernandes, do F.C. do Porto, com 2 horas e 33,29 minutos.

Fernando Fernandes, do Bombarralense, conquistou a nona e última etapa — um contrarrelógio individual de 25 quilómetros —, entre Torres Vedras e Bombarral, com o tempo de 34 m. e 08 segundos. Os cinco primeiros lugares da classificação geral individual da prova tiveram os seguintes titulares: 1.º, Firmino Bernardino (Lousa); 2.º, Lima Fernandes (Bombarralense); 3.º, Marco Chagas (Lousa); 4.º, Francisco Miranda (Bombarralense); 5.º, Fernando Fernandes (Bombarralense). A classificação por equipas foi conquistada pelo «Lousa», seguido do «Bombarralense» (2.º) e do «Zala» (3.º).

Por outro lado, Luís Teixeira, do Coelima, venceu o «III Grande Prémio do Minho» em ciclismo, prova que terminou em Guimarães. A classificação individual final ficou assim estabelecida: 1.º, Luís Teixeira (Coelima); 2.º, Belmiro Silva (Coimbrões); 3.º, Alexandre Rua (Coelima); 4.º, Norberto Medeiros (Coelima); 5.º, Adelino Teixeira (F.C. Porto).

A classificação por equipas foi a seguinte: 1.º Coelima; 2.º F.C. Porto; 3.º Bombarralense e 4.º Sangalhos.

HALTEROFILIA: «ESPARTAQUIADAS» DE TRECIN

O halterofilista português Raul Dias teve excelente com-

portamento nas «Espartaquiadas de Trecin» (Checoslováquia), ao conseguir uma medalha de prata no arranque — em que estabeleceu um novo «record» nacional, com 85 quilos — e duas de ouro no arremesso. Tais marcas possibilitaram-lhe alcançar os mínimos para garantir a participação nos próximos Jogos Olímpicos, sendo de salientar que esta «proeza» de Raul Dias, foi realizada em confronto com atletas de craveira mundial, nomeadamente de Cuba, Polónia e Checoslováquia.

HIPISMO: VITÓRIA DE MALTA DA COSTA



Manuel Malta da Costa, montando «El Caussevillais», classificou-se em primeiro lugar na disputa do «Prémio Piaget», disputado no Hipódromo



Concretizou-se já a tão falada transferência de João Alves, o famoso «luva pretas» do Benfica. Depois de uma série de negociações com o «Girondins» de Bordéus (França), João Alves preferiu o «Paris Saint-Germain», clube em que já actuou, recorde-se, o internacional Humberto. O jogador português, que estava a passar férias em Itália, deslocou-se a Paris, onde assinou um compromisso com o clube francês, sendo o contrato assinado em data posterior.

de Longchamps, nos arredores da cidade de Paris (França), perfazendo 4 pontos à quarta barragem. Esta prova era de seis barras, tabela sem cronómetro, num máximo de 4 «barragens». O cavaleiro português obteve, por outro lado, um honroso 8.º lugar, entre 62 participantes, no «Prémio Chanvel», disputado em duas fases, e um 7.º posto na terceira prova com «barragem», montando o cavalo «Greco E».

HÓQUEI EM PATINS: «TAÇA DAS TAÇAS» PARA O OEIRAS



A equipa do Oeiras conquistou, pela terceira vez consecutiva, a Taça dos Vencedores das Taças de Hóquei em Patins, apesar da derrota sofrida (6-3) no encontro da segunda mão da

final disputada com os espanhóis do Voltregá.

Com efeito, tendo vencido o jogo da primeira mão por 10-1, o Oeiras beneficiou, assim, de uma vantagem no chamado «goal-score».

«TAÇA DE PORTUGAL» DE TÊNIS DE MESA

Disputaram-se em Faro os jogos das classes masculinas e de seniores femininos que encerraram as provas da «Taça de Portugal» de ténis de mesa. Os resultados foram três títulos para o «Sporting» e as vitórias dos montijenses (Palmeiras do Montijo) e alhandrenses (Juventude Alhandrense), que vêm premiar um excelente trabalho desenvolvido por estas duas simpáticas colectividades nesta modalidade desportiva. O «Sporting» sagrou-se, como já era de esperar, vencedor da «Taça de Portugal».

«TAÇA DE PORTUGAL» HÓQUEI EM CAMPO

O «Futebol Benfica» venceu a «Taça de Portugal» de hóquei em campo, ao derrotar o «Sport Club do Porto». A vitória foi obtida após prolongamento, através de um canto curto, na final disputada no «Estádio Municipal de Leiria».

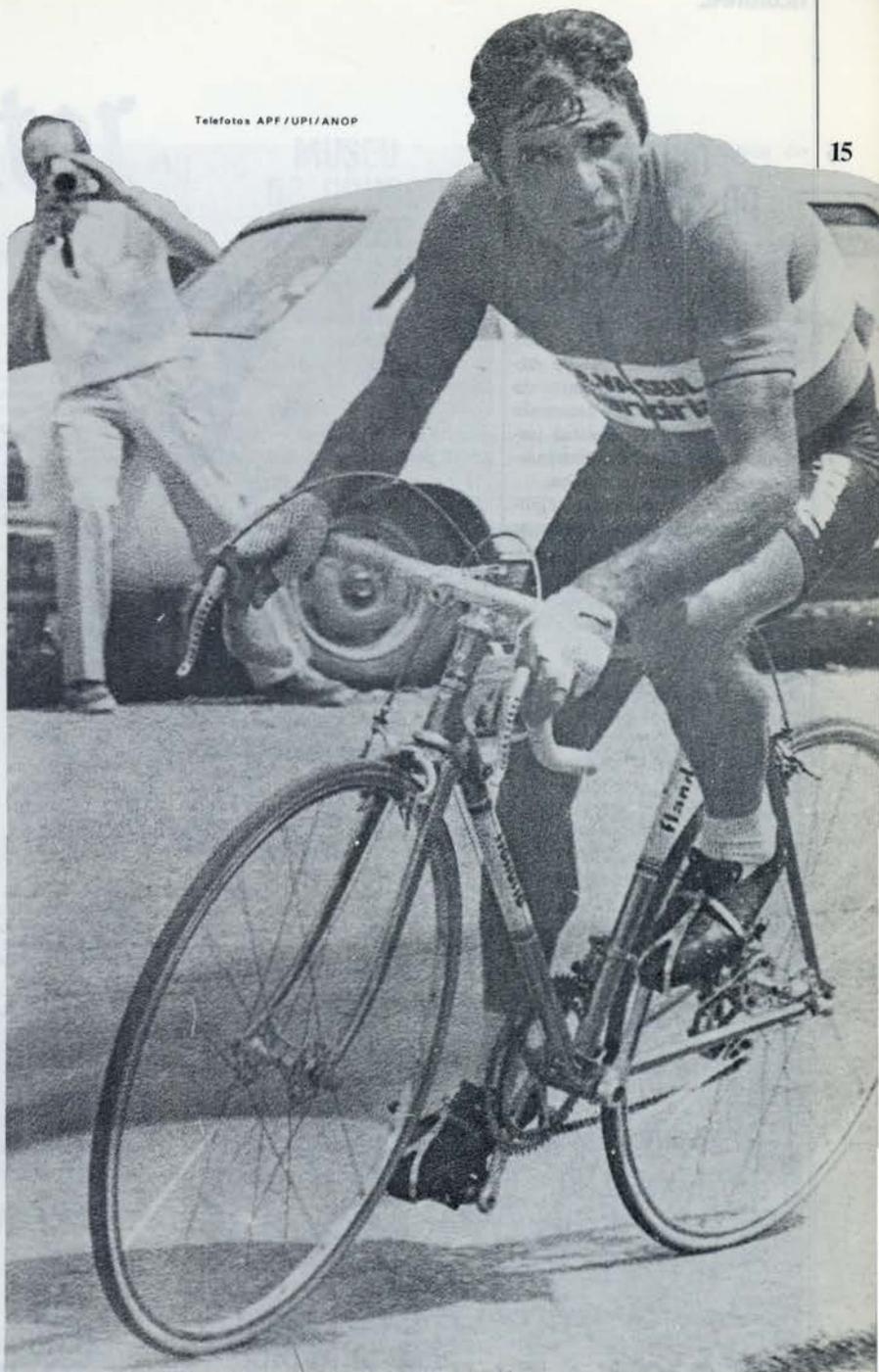
JOAQUIM AGOSTINHO UMA LIÇÃO DE PROFISSIONALISMO

Telefotos APF / UPI / ANOP

Considerado por técnicos nacionais e estrangeiros como o melhor ciclista português e um dos melhores de sempre na modalidade, Joaquim Agostinho confirmou, uma vez mais, a sua classe de desportista quando, no passado mês de Julho, conquistou novamente o terceiro lugar da «Volta à França», repetindo a sua classificação do ano passado, atrás do francês Bernard Hinault e do holandês Joop Zoetmelk, primeiro e segundo classificado que, por coincidência, também «bisaram» este ano os seus resultados no «Tour» de 1978.

Iniciada em 1968, a carreira desportiva de Joaquim Agostinho — «Tino» para os franceses — regista, aliás, uma série de bons resultados nas dez edições da «Volta à França» em que ele participou: além dos dois referidos terceiros lugares, em 1978 e 1979, foi 5.º em 1971, 6.º em 1974, 8.º (em 1967, 1972 e 1973), 13.º (1977), 14.º (1970) e 15.º (1975). Mas, à margem do «Tour», Agostinho tem mantido presença «obrigatória» na «Vuelta» de Espanha e no «Giro» de Itália, para não citar outras «clássicas» do ciclismo europeu, como o «Dauphiné Libéré», prova onde ainda recentemente — como referimos em número anterior — o corredor português averbou um 6.º lugar.

Gozando de enorme e merecida popularidade, Joaquim Agostinho continua, assim, aos 36 anos, a ser um desportista combativo e esforçado, de um profissionalismo exemplar.



Um conjunto de telefotos que nos recordam a excelente actuação de Joaquim Agostinho no «Tour» deste ano.



QUINTA DO MOSTEIRO ADQUIRIDA PELO MUNICÍPIO DE ARGANIL

A Câmara Municipal de Arganil comprou a «Quinta do Mosteiro», situada na freguesia de Folques e que constitui importante exemplar do património cultural deste concelho.

Segundo o semanário regionalista «A Comarca de Arganil», a edilidade argalinense pensa instalar aí o «Museu Dr. Ventura da Câmara» e uma Escola de Formação de Agricultores, denominada «Dr. Abel Andrade Júnior».

Com uma área de 128 hectares, a «Quinta do Mosteiro» possui instalações agro-pecuárias que incluem um lagar de azeite e numerosos estábulos modernamente apetrechados.

Recorde-se que a «Quinta do Mosteiro» é uma antiga dependência do Mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra, pertencente aos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, tendo estado inicialmente implantada em S. Pedro de Arganil, junto à capela românica, de onde foi transferida, na época medieval, para o local que hoje ocupa, em Folques.

65.º ANIVERSÁRIO DO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PÊRA

Decorreram em Castanheira de Pera as comemorações dos 65 anos do concelho. O programa incluiu uma sessão solene no Salão Nobre dos Paços do Concelho e recepção à fanfara dos Bombeiros Voluntários da Nazaré.

Realizaram-se ainda actuações de ranchos folclóricos e de diversas filarmónicas, em representação das freguesias do concelho. A Comissão Municipal de Turismo, entidade pro-



Augusto Hilário, o célebre e lendário cantor do fado de Coimbra, natural de Viseu onde veio a falecer a 3 de Abril de 1896, foi agora objecto de homenagem póstuma. Efectivamente, o município viseense deliberou dar o nome de Augusto Hilário à antiga Rua Nova (da Juderia), tendo já sido descerrada a respectiva lápide toponímica, assim como uma outra evocativa na casa que o viu nascer.

As placas toponímicas foram descerradas por duas sobrinhas de Hilário. Recorde-se que a única peça do espólio de Augusto Hilário, a sua célebre guitarra, foi oferecida pela família ao Museu Académico de Coimbra.

motora das festas, levou a efeito uma exposição fotográfica que esteve patente no edifício do município.

GRANDE ASSOCIAÇÃO DE COROS EM COIMBRA

Constituiu um êxito o «I Encontro de Coros do Distrito de Coimbra» que terminou na Praça do Comércio desta cidade com as exibições dos Coros de D. Pedro Cristo e do Coral de Mira, que chamaram àquele recinto numeroso público.

De entre as conclusões referentes às reuniões de trabalho

dos responsáveis dos grupos participantes, salientamos a criação de uma associação de coros, com sede nesta cidade.

DONATIVOS DE EMIGRANTES PARA OS BOMBEIROS DE FELGUEIRAS

A «Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Felgueiras» recebeu um valioso donativo de 5.800 F.F. (65.250\$) oferta de vários felgueirenses emigrados em França, tendo sido portador da quantia o conterrâneo senhor Joaquim Moreira.

Esta louvável iniciativa de emigrantes que não esquecem os serviços da sua prestimosa Associação de Bombeiros Voluntários, caiu fundo no coração dos felgueirenses, honrando o nome dos originários desta terra que, apesar de residirem no estrangeiro, não querem deixar de contribuir para o desenvolvimento regional.

GUIMARÃES FESTAS GUALTERIANAS



Guimarães: escudo da cidade.

As grandiosas «Festas Gualterianas», realizadas na cidade de Guimarães, este ano levadas a cabo pela «Associação Comercial» da cidade — e que integraram a famosa «Marcha Gualteriana» a cargo dos empregados do comércio — tiveram um programa cuidadosamente elaborado, o qual atraiu à cidade muitos milhares de forasteiros. As solenidades religiosas foram promovidas pela «Mesa da Irmandade de S. Gualter», revestindo-se de particular esplendor litúrgico.

ENTRONCAMENTO PRETENDE SER SEDE DE COMARCA

Uma petição para que a vila do Entroncamento seja elevada a sede de comarca, foi entregue no Governo Civil de Santarém. O documento — acompanhado do respectivo processo justifica-

O Despertar

BI-SEMANÁRIO REPUBLICANO INDEPENDENTE
O MAIS ANTIGO JORNAL DEFENSOR DOS INTERESSES DE COIMBRA

O bi-semanário republicano «O Despertar», o mais antigo órgão de imprensa de Coimbra, acaba de ser premiado, na passagem do seu 62.º aniversário, com a medalha de ouro da cidade. Esta distinção foi-lhe atribuída pela edilidade local com o apoio unânime da respectiva Assembleia Municipal, pelos serviços e acção por ele desenvolvidos em prol da democracia e da cidade de Coimbra. Recorde-se que «O Despertar» havia já alcançado, por mérito próprio, a medalha de ouro da «Liga dos Bombeiros Portugueses», facto que testemunha quanto o velho periódico fundado pelo republicano António de Sousa, sabe corresponder aos interesses e aspirações da cidade e da região que tem vindo a defender.

tivo — foi entregue pelas autoridades locais, que se fizeram acompanhar por uma comissão, tendo ambas sido recebidas pelo secretário do governador civil que, durante a reunião, prometeu que, junto do Ministério respectivo, iriam ser feitos todos os esforços para que tal pretensão seja satisfeita. Saliente-se que a vila do Entroncamento tem o dobro do movimento registado em todas as outras localidades do concelho.

«LAR DO ESTUDANTE» EM ODEMIRA

Tiveram já início as obras de construção do «Lar do Estudante» de Odemira, empreendimento orçado em cerca de 22 mil contos e que é iniciativa do município local.

Curiosamente, o novo edifício, de quatro pisos, será abastecido por energia solar, através de colectores que, para o efeito, serão instalados no telhado. Este novo processo de obtenção de energia — a que nos referimos detalhadamente no número anterior — garantirá o fornecimento de grande parte do consumo previsto, sendo reforçado, sempre que necessário, pela utilização de energia convencional no período das 0 às 8 horas.

OVAR: SERVIÇO CAMARÁRIO DE APOIO AOS EMIGRANTES



A Câmara Municipal de Ovar deliberou criar, no actual Gabinete de Informação e Apoio aos Múncipes (GIAM), uma secção especialmente destinada a apoiar os emigrantes da região, considerando o seu papel de relevo na recuperação económica do País, assim como o seu contributo para o desejado equilíbrio da balança de pagamentos, através da remessa de divisas, e ainda o facto de, em face do seu afastamento temporário, se encontrarem, na maior parte dos casos, alheios às leis e regulamentos locais.

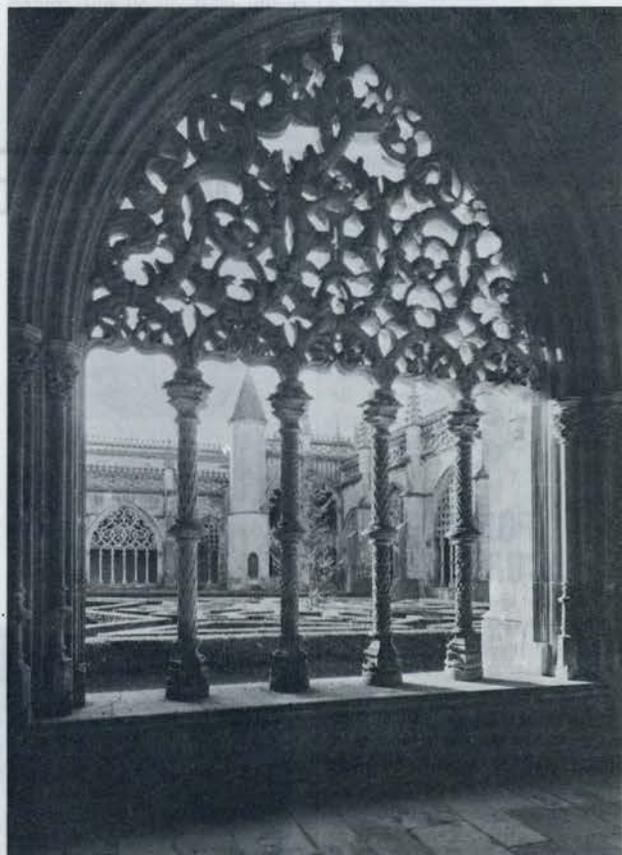
MUSEU DO DOURO EM PESO DA RÉGUA

Um «Solar do Vinho do Porto» e um «Museu do Douro» vão ser criados em Peso da Régua, ficando instalados na «Casa Vaz».

Este edifício, de grandes dimensões e com valor histórico,

é propriedade do Instituto do Vinho do Porto e, presentemente, serve de dormitório a famílias nómadas de ciganos.

A sua transformação em «Solar do Vinho do Porto» e «Museu do Douro» — que ficarão instalados, respectivamente, no rés-do-chão e primeiro andar —, foi decidida pelo secretário de Estado do Comércio Externo, que atribuiu uma verba de 30 mil contos para as obras de restauração.



Por despacho do secretário de Estado da Cultura, acaba de ser criado, na Batalha, o «Museu Histórico do Mosteiro de Santa Maria da Vitória», o qual terá como funções principais evocar os motivos da edificação daquele monumento, assim como a época histórica que lhe serviu de berço.

O futuro Museu irá preencher os espaços compreendidos pelo antigo dormitório (vulgarmente conhecido por adega dos frades), cozinha e anexos, celeiros conventuais e, ainda, pelas vastas secções do piso superior do Claustro de D. Afonso V, ocupando praticamente todas as dependências vazias do Convento.

Sugerido há anos pela imprensa da região, este Museu é um velho sonho agora concretizado pela actual Câmara Municipal, a qual pôs nesta iniciativa especial empenho, pelo que muito se regozijam todos aqueles que se bateram pela sua criação.

A imagem que publicamos documenta um aspecto do Claustro de D. Afonso V no referido Mosteiro.

II CONGRESSO DAS COMUNIDADES AÇOREANAS

O II Congresso das Comunidades Açoreanas — programado para 28 a 30 de Março do próximo ano — revestir-se-á de dois novos aspectos: o alargamento do leque de participantes e o aumento do seu número. Segundo Costa Neves, coordenador da iniciativa, este II Congresso não se realizará nem em São Miguel, nem na Terceira, prevendo-se que dificilmente ele poderá ter lugar fora da cidade da Horta, na ilha do Faial, por razões logísticas.

Entretanto, com vista à sua participação no Congresso, vão ser contactadas diversas organizações das comunidades portuguesas originárias do arquipélago, tais como a «Aliança Açoreana da Califórnia», «Associação para o Desenvolvimento dos Açores», ambas dos EUA, «Aliança Açoreana do Canadá», de Toronto, «Associação Portuguesa das Bermudas», «Casa dos Açores», do Rio de Janeiro (Brasil) e, finalmente, a «Casa dos Açores», de Lisboa.

PORTOS AÇOREANOS

Encontram-se nos Açores dois técnicos da «Agência Internacional para o Desenvolvimento» (AID), que vão estudar questões relacionadas com os transportes marítimos e a construção de portos naquele arquipélago.

Os dois técnicos norte-americanos analisarão, também, as hipóteses de implantação de um porto em Santa Maria e a ampliação do cais nas velas de S. Jorge.

Recorde-se que os Estados Unidos, através da AID, têm prestado auxílio económico à política portuária do Governo Regional dos Açores. Actualmente, o arquipélago possui apenas dois portos em boas condições: o de S. Miguel e o

do Faial. No entanto, está em fase de arranque o estudo e construção de portos na maioria das restantes ilhas, encontrando-se em fase bastante adiantada o de S. Roque, na ilha do Pico.

NOVO COMPLEXO FABRIL

Os Açores contam com mais um complexo fabril, destinado ao fabrico de leite em pó.

O novo complexo é propriedade da «Lacto-Açoreana», e custou mais de 60 mil contos, vindo a dar uma maior dimensão à indústria de laticínios, valor seguro na economia açoreana.

Recorde-se, a propósito, que a produção de leite nos Açores atingiu, no ano findo, mais de 200 milhões de litros — o que representa um terço do consumo anual do Continente —, sendo uma parte importante exportada sob a forma de leite em pó, queijo e manteiga.

Os progressos constatados na produção do leite devem-se, principalmente, ao melhoramento das pastagens e ao aparecimento ou desenvolvimento de algumas unidades industriais, factor que se traduz numa maior segurança para o pequeno lavrador da região, permitindo-lhe maiores facilidades no escoamento do produto.

PASTAGENS NA ILHA DO PICO

Uma verba superior a cem mil contos vai ser dispendida pelo Governo Regional dos Açores na transformação em pastagens de 4.500 hectares de terreno inexplorado, na ilha do Pico.

Neste projecto do Governo Regional para o desenvolvimento do Pico, destaca-se ainda o incremento do apoio à pesca, através da montagem de uma rede de frio em Santa Cruz das Ribeiras, e o melhoramento dos portos piscatórios da ilha.

FILME SOBRE CANTO DA MAYA



Canto da Maya, o conhecido e apreciado escultor micalense, vai ser tema de um filme, cujas principais cenas foram rodadas nos Açores, particularmente na ilha de São Miguel.

Além de focar aspectos da vida e obra do escultor, que é também arquitecto e pintor, o propósito do filme é também o de constituir, segundo pretendem os seus realizadores, «um hino aos Açores, à sua gente, às belezas naturais e uma invocação cheia de saudade e ternura das famílias tradicionais micalenses que tão fundamentalmente marcaram a evolução da sociedade em S. Miguel».



Dois trabalhos de Canto da Maya: detalhe de um monumento dedicado a Antero de Quental e, à direita, uma estatueta intitulada «Varina».



EVOLUÇÃO POSITIVA NO SECTOR TURÍSTICO

O turismo madeirense acusou, nos cinco primeiros meses de 1979, um crescimento de 9,1 por cento no número de hóspedes e de 6,5 por cento nas



dormidas, relativamente a igual período do ano passado, segundo informou a delegação local do Instituto Nacional de Estatística.

Estes valores têm por base a comparação efectuada, nos dois períodos, do número de hóspedes (135.381 em 1979, contra 124.094 em 1978) e do número de dormidas (952.710 em 1979 e 894.772 em 1978).

Por países de origem, registaram-se 246.971 dormidas de cidadãos do Reino Unido, 180.541 da República Federal da Alemanha, 78.963 da Suécia e 76.424 da França.

INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS

O valor da produção das indústrias transformadoras da Madeira, a preços de venda à saída da fábrica, aumentou em

Abril passado, de 17.600 contos, relativamente a Abril de 1978.

Este aumento, que corresponde a uma evolução favorável da ordem dos 16,5 por cento, fez com que a produção industrial do arquipélago atingisse, no primeiro quadrimestre deste ano, 458 mil contos, mais 108 mil contos que em idêntico período do ano passado.

O sector que se revelou com maior peso no conjunto das indústrias transformadoras madeirenses foi o da alimentação, responsável por mais de 50 por cento do total produzido.

No que respeita aos salários, registou-se também um aumento, tendo sido liquidados 18.741 contos no período referido, isto é, mais 5 mil contos que no primeiro quadrimestre de 1978.

PESCA ARTESANAL

A pesca artesanal descarregada nos primeiros quatro meses deste ano nos portos do arquipélago da Madeira, atingiu 1.372,2 toneladas. Trata-se de um decréscimo de 44,1 por cento em relação a igual período do ano anterior.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, a quantidade capturada no passado mês de Abril atingiu 474,9 toneladas, enquanto no mês homólogo do ano passado ascendeu a 1.041,5 toneladas, ou seja o correspondente a um decréscimo de 48 por cento.



Foi inaugurado o novo Casino da Madeira, que poderá considerar-se como um dos melhores do mundo.

O complexo pertence à «Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, SARL», englobando hotel, casino, «boites», sala de conferências, restaurante panorâmico e cinema, no valor total de um milhão de contos. Só a parte do casino, que disporá de quatro salas de jogos, custou cerca de 500 mil contos.

Sublinhe-se que a obra foi concebida pelos arquitectos Oscar Niemeyer (o arquitecto de Brasília) e Viana de Lima. Para a sua inauguração foram convidados os directores das «Casas de Portugal» no estrangeiro e diversas entidades oficiais do continente.

As imagens mostram-nos um aspecto geral do novo edificio e, em baixo, uma das salas de jogo.



Com nevoeiro ou chuva,
mesmo de dia
acenda os médios.

DIÁRIO DE MACAU

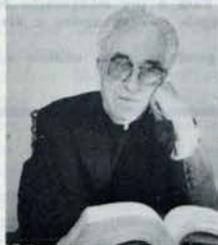
UM NOVO MATUTINO

Quarenta dias após o encerramento do único diário português de Macau, a «Gazeta Macaense», foi editado o primeiro número de um novo matutino em língua portuguesa, o «Diário de Macau», de características muito semelhantes ao anterior.

No editorial deste primeiro número, o director e proprietário do jornal, Leonel Borralho, promete oferecer a breve trecho aos seus leitores, um «Diário de Macau» maior e melhor «para acompanhar o progresso e desenvolvimento» do território.

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO

Está a ser organizado o arquivo histórico deste território, sob a responsabilidade do professor Silva Rego. Este arquivo histórico integrará documentação de vários departamentos governamentais e, possivelmente, de organismos sociais privados. A iniciativa, que está a ser realizada com o apoio da Fundação Gulbenkian, que para o efeito concedeu um subsídio, visa inicialmente fazer um balanço de toda a documentação portuguesa existente no território e que seja anterior a 1930.



O professor Silva Rego indicou à ANOP que este arquivo será «o arquivo da família macaense», podendo servir a todos os interessados no estudo da História de Macau.

A montagem do arquivo histórico, o primeiro desde a fundação deste território, poderá no futuro vir a ser alargado à recolha e classificação de documentação em chinês que actualmente existem em vários departamentos governamentais.

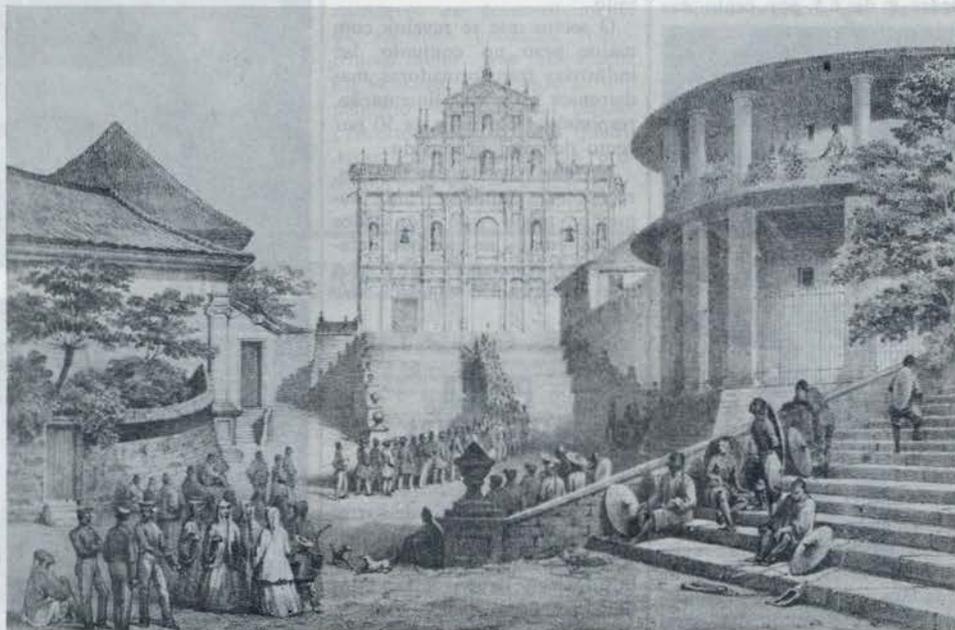
NOVO LICEU

O Governo de Macau vai investir 300 mil contos na construção de um novo liceu, anunciou o secretário-adjunto para os Assuntos Sociais e Cultura, Mercer Marques.

O novo liceu terá anexo um pavilhão gimnodesportivo, com uma área de 10 mil metros quadrados e vários campos desportivos polivalentes.

O terreno onde se encontra instalado o actual Liceu de Macau será vendido em hasta pública.

«MACAU, LETRAS E ARTES»: EXPOSIÇÃO EM LISBOA



Realizou-se em Lisboa uma exposição intitulada «Macau, Letras e Artes — Do Século XVI ao Século XX», que esteve patente ao público na Biblioteca Nacional.

Ao acto inaugural — que marcou igualmente a reabertura da «Casa de Macau», após cinco anos de encerramento — estiveram presentes, entre outras individualidades, o secretário de Estado da Cultura e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

A exposição, que estava integrada na «IV Quinzena de Macau», incluía alguns quadros de George Chinnery, que viveu naquele território de 1774 a 1852, a par de obras de outros pintores macaenses e do escultor Raul Xavier, além de dezenas de gravuras assinadas por

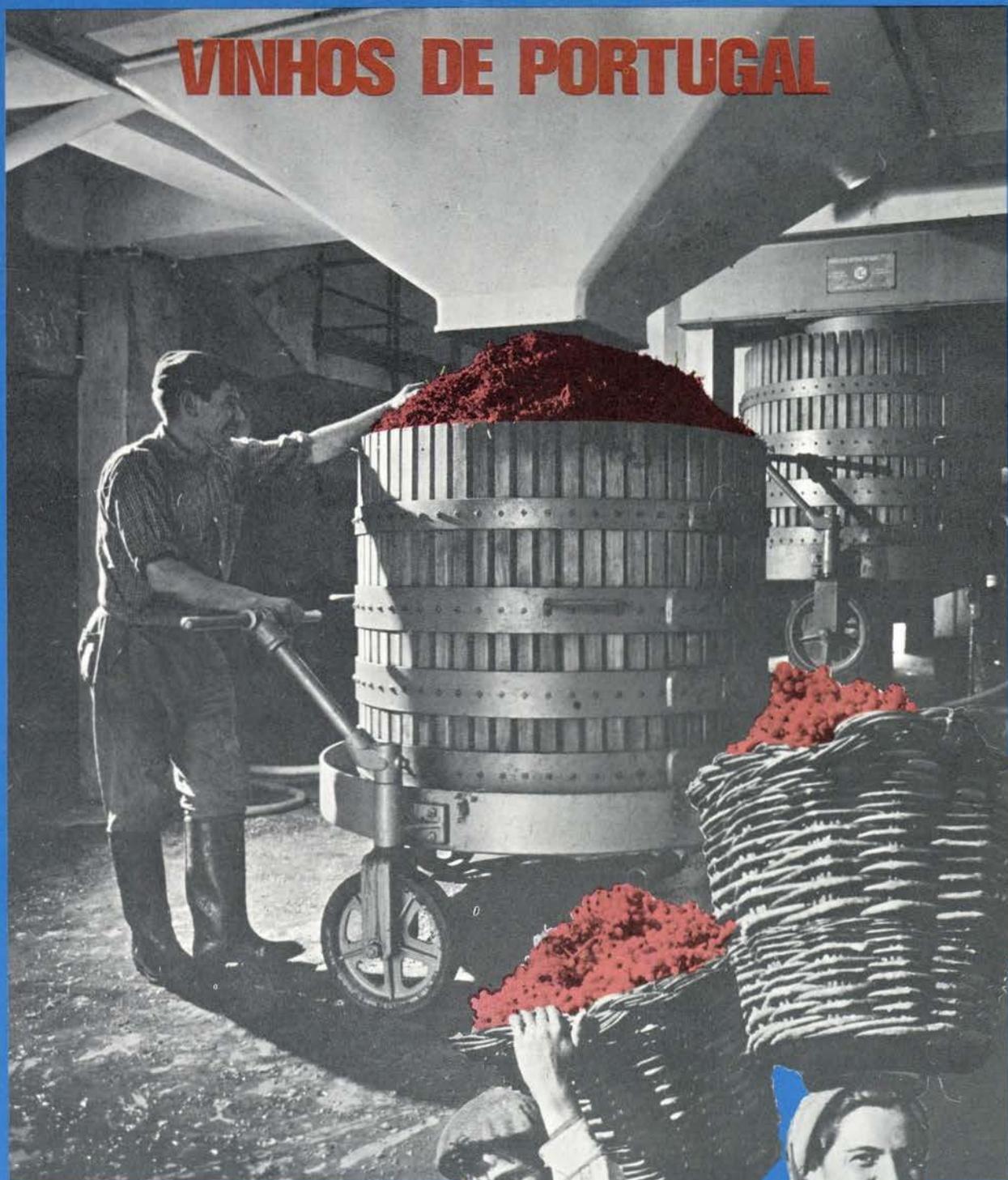
artistas nacionais e estrangeiros e ainda uma dezena de mapas e plantas. No sector das raridades bibliográficas, salientaram-se, entre centena e meia de livros, os dos padres João Bonifácio e Duarte de Sande — os primeiros que se imprimiram em Macau, em 1588 e 1590, respectivamente — e todas as obras de Frei Jacinto de Deus, o primeiro português de naturalidade macaense. Quase todos os jornais publicados em Macau, figuravam também nesta exposição, nomeadamente o semanário «O Lusitano» que teve colaboração de Venceslau de Moraes e Camilo Pessanha.

A «Quinzena de Macau» em Lisboa encerrou com um ciclo de conferências sobre o estatuto orgânico daquele território,

tendo participado nos debates os deputados macaenses Diamantino Ferreira, Jorge Rangel e Mário Isac e o presidente da Assembleia Legislativa de Macau, Chu-Tak-Key. Este grupo de parlamentares macaenses aproveitou a sua estadia em Portugal para debater com membros do Conselho da Revolução e dirigentes dos partidos com representação parlamentar o ante-projecto de revisão do Estatuto Orgânico do território.

Finalmente, na «Casa de Macau», o presidente da Comissão Executiva da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa em Portugal falou sobre a «Primeira Delegação Comercial Portuguesa na República Popular da China».

VINHOS DE PORTUGAL



Há largos séculos que a cultura da vinha tem um lugar cimeiro na agricultura portuguesa. Actualmente, a área ocupada pela vinha — um total de 350 mil hectares — corresponde a nove por cento da superfície total do País e a quatro por cento da área nacional cultivada. O vinho, por seu lado, teve, desde sempre, uma importância fundamental na economia e na sociedade portuguesa, dele vivendo, directa ou indirectamente, quase um milhão e 200 mil portugueses. Conjuntamente, as vinhas e vinhos de Portugal representam cerca de 15 por cento do Produto Nacional Bruto (PNB).





História

Segundo diversos investigadores, a introdução da vinha em território nacional remonta ao tempo dos Fócios, que estiveram na Península Ibérica por volta do ano 500 A.C. e costumavam cultivar a vinha nos lugares onde se estabeleciam.

Depois, a sua expansão foi aumentando e, na altura da fundação de Portugal, a cultura praticava-se já em diversas regiões, registando-se em finais do século XIV, no reinado de D. Fernando (1367/1383), as primeiras exportações de vinho português.

Em várias épocas da nossa história, a vinha tornou-se a maior cultura do País e a exportação de vinhos constituiu

a principal fonte de receita e de equilíbrio da nossa balança de pagamentos.

Actualmente, registam-se mais de 300 mil explorações vinícolas, onde laboram cerca de 250 mil trabalhadores, e a média de produção de vinho ronda os dez milhões de hectolitros, por ano.

Embora estes dados revelem a grande importância da vinha e dos vinhos na economia portuguesa, deve sublinhar-se, por outro lado, que não foi ainda definida uma política vinícola nacional, que proponha os objectivos globais a atingir no sector, a médio e a longo prazo, e que, simultaneamente, contenha as etapas e as medidas para os alcançar.

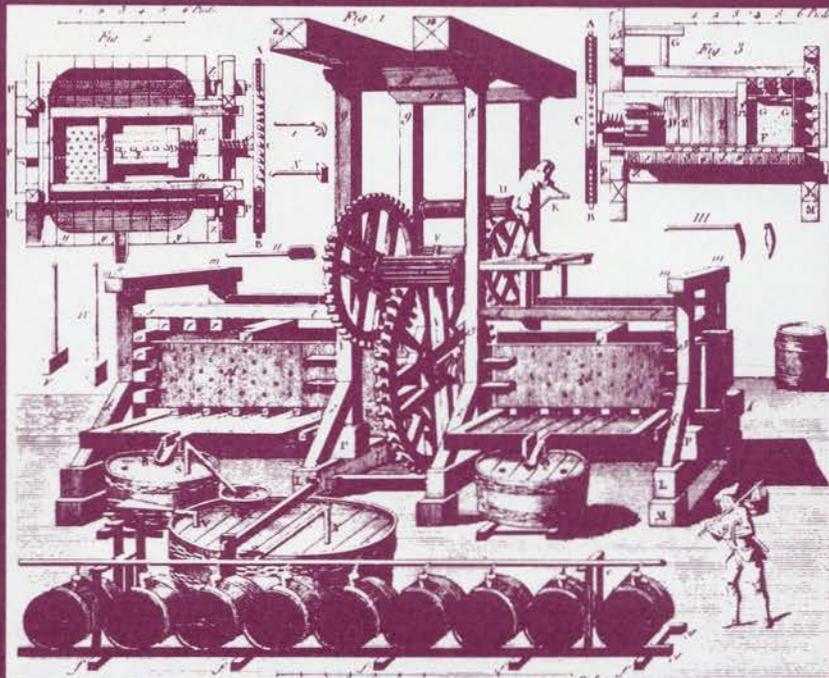
Problemas fundamentais

Uma das questões fundamentais para este sector, relaciona-se com o plantio de novas vinhas — que continua condicionado por um decreto de 1965 — e, paralelamente, com o crédito à viticultura, suspenso há vários anos e agora autorizado apenas para a plantação de vinhas destinadas à produção de uvas de mesa.

Outro problema a encarar é a excessiva pulverização das empresas produtoras, cerca de 300 mil, 80 por cento das quais com dimensão inferior a um hectare.

Dado a maior parte das vi-

nhas portuguesas serem já muito antigas e com poucas possibilidades de mecanização, registam-se, portanto, em muitos casos, baixas produções unitárias e custos de produção mais altos do que é legítimo esperar. Assim, enquanto o consumo interno de vinho sobe anualmente, as exportações começam a ficar comprometidas, o que implica a perda dos mercados tradicionais dos acreditados vinhos portugueses e, ainda, a necessidade de importar vinhos de outros países. Este ano, Portugal viu-se obrigado a importar 500 mil hectolitros de vinho comum, para garantir o abastecimento interno.



As imagens que inserimos nesta página documentam aspectos da produção vinícola na Idade Média, segundo gravuras da época; à direita, reproduzimos uma outra gravura — esta do século XVII — representando um engenhoso projecto para a produção de vinho em grande escala.

Produção anual

Considerando apenas os dados dos últimos dez anos, verifica-se que a produção média anual de vinho, em Portugal, ronda os dez milhões de hectolitros. No entanto, essa média não tem sido atingida nos últimos quatro anos, depois do ano excepcional de 1974, em que a produção foi de cerca de 14 milhões de hectolitros. Nos seguintes, a produção desceu para nove milhões em 1975 e 1976, para 6,6 milhões em 1977 e para seis milhões de hectolitros, apenas, no ano passado, o que nos permite concluir que a última produção vinícola foi a mais baixa desde 1940, quase não chegando para o consumo nacional.

Mesmo assim e embora o preço do litro de vinho tenha atingido um valor de que não há memória (passou de 6\$30 e 7\$70 entre 1973 e 1977) para mais de 40\$00, actualmente), o nosso País foi, em 1977, o sexto produtor mundial.

Medidas a aplicar

Como é natural, para se proceder a uma verdadeira e profunda reorganização do sector da vitivinicultura, é necessário começar pela vinha.

Neste campo, uma das primeiras medidas a tomar, segundo os técnicos, é a organização urgente do cadastro das

vinhas nacionais, exigência indispensável para haver uma base de controlo da vinhas, das castas e dos vinhos, como no caso da Região do Douro, a única em que existe um cadastro de vinhas já actualizado.

Outra medida, e esta de alcance internacional, é o estabelecimento de máximos de produção por hectare, evitando assim a introdução de técnicas de cultura exageradamente produtivas, em detrimento da qualidade das uvas.

Esta medida prende-se, aliás, com o problema das regiões demarcadas, ou seja a delimitação de zonas vinícolas que ainda não beneficiam de disposições protectoras. De facto, uma vez que as primeiras oito regiões demarcadas foram definidas há mais de setenta anos, torna-se urgente delimitar novas zonas que possuam vinhos com características próprias.

Outras medidas a adoptar referem-se ao emparcelamento das vinhas, às terras a surrubar e à instalação de cepas em amplos alinhamentos e armação uniforme, de modo a permitir a mecanização dos trabalhos e dos tratamentos fitosanitários. Neste domínio, alguns técnicos vão ao ponto de exigir a eliminação da vinha nas várzeas de norte a sul do País e de defender a autorização de novas plantações de videiras apenas em terrenos aptos a produzir vinho de alta

qualidade. Por outro lado, todos apostam na necessidade de eliminar drástica embora gradualmente, as castas ordinárias e menos qualificadas, enxertias sem qualidade, propondo, em contrapartida, outras medidas, como a instalação de viveiros oficiais para pés-mães, o fornecimento de báculos e a implantação de vinhas oficiais nas várias regiões, com castas de comprovada qualidade, medidas que terão de ser acompanhadas de assistência técnica e de fiscalização efectiva, na altura da plantação dos novos vinhedos.

Adegas Cooperativas

Um outro aspecto importante diz respeito ao incremento das cooperativas vinícolas, normalmente chamadas Adegas Cooperativas, as quais assumem já um lugar de relevo no sector da viticultura. A sua acção tem sido sobremaneira eficaz nos campos da valorização e qualificação dos vinhos e da moralização comercial. Hoje, as Adegas Cooperativas — ao todo 119 — representam, um terço do sector, atingindo uma produção média anual de três milhões de hectolitros (cujo valor ascende a cerca de seis milhões de contos) e encontrando-se implantadas de norte a sul do Continente e mesmo nos Açores (Ilha do Pico e da Graciosa).

Exportação

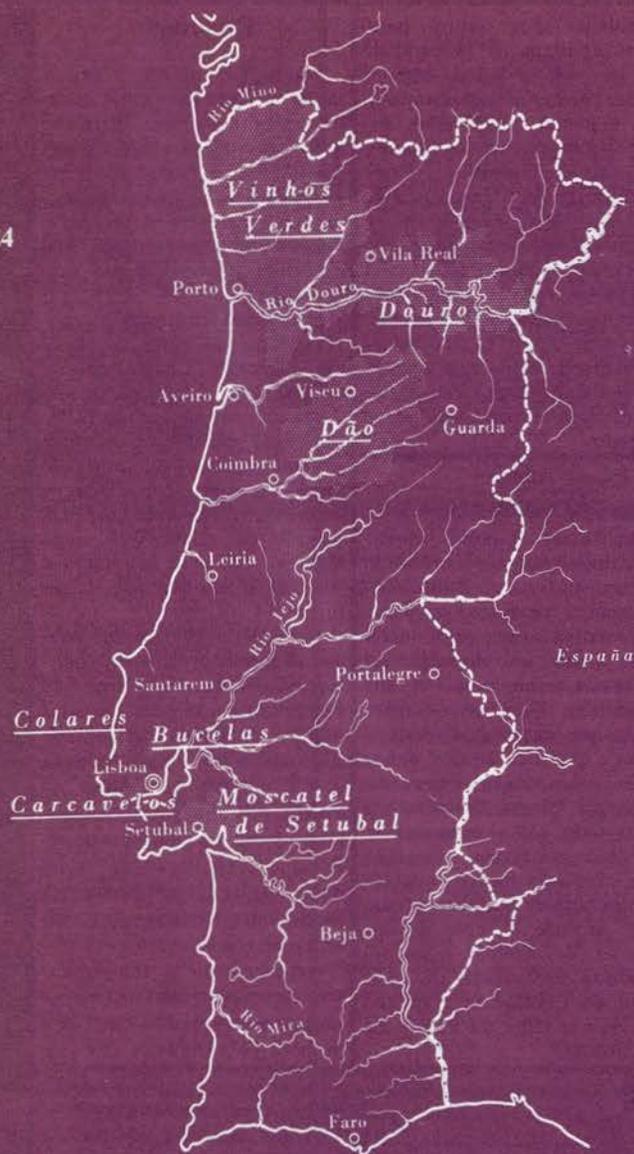
Na década de 60, a exportação de vinhos de mesa, quando era feita a granel, dirigia-se especialmente para alguns países da EFTA (sobretudo para a Dinamarca e Suíça) e para as então colónias portuguesas, mercado onde se verificou uma autêntica interrupção de vendas depois de 1974.

Os vinhos engarrafados, porém, seguiam para os países do Mercado Comum e da EFTA, para os Estados Unidos e Canadá, passando, mais tarde, estes dois países a ser os maiores importadores de vinhos de mesa nacionais. Nesse tempo, o «rosé» foi assumindo uma posição de relevo que ainda mantém, existindo entretanto o risco de o seu mercado de saturar.

No ano de 1977, o conjunto das exportações de vinhos portugueses, incluindo o Vinho do Porto, atingiu o valor de cinco milhões de contos (pertencendo 2,3 milhões aos vinhos de mesa e 2,5 milhões ao Vinho do Porto). No ano passado, registaram-se novos aumentos de receitas na exportação de Vinho do Porto: os 521 mil hectolitros exportados renderam 3,8 milhões de contos.

Actualmente, os compromissos de exportação de vinhos portugueses, rondam os dois milhões de hectolitros por ano.





Excelente fonte de divisas (cerca de sete milhões de contos por ano), o vinho ocupa o quarto lugar na lista dos produtos exportados. Mas é perfeitamente possível aumentar a sua contribuição para o equilíbrio da nossa balança comercial, se forem delimitadas novas regiões demarcadas, que garantam um bom produto para exportações.

Actualmente, os produtores nacionais repartem-se por oito regiões demarcadas em 1909, quatro delas (Douro, Carcavelos, Setúbal e Madeira) de vinhos generosos e as restantes (região dos Vinhos Verdes, Dão, Bucelas e Colares) produtoras de vinhos de mesa.

Além destas, existem mais nove regiões vinícolas com designação especial, mas que, até ao momento, ainda não foram demarcadas: Trás-os-Montes, Bairrada, Beira, Lafões, Oeste, Ribatejo, Alentejo, Algarve e Ilhas do Pico e da Graciosa (Açores).

Para que uma zona possa ser delimitada como «região demarcada», é necessário que estejam presentes várias condições que conferem ao vinho características especiais. Deste modo, o solo, a altitude, a exposição solar e as condições climáticas, por um lado, e o processo de fabrico, por outro, concorrem, no seu conjunto, como factores que permitem considerar determinado vinho como proveniente de uma região demarcada.



Esta região, reconhecida internacionalmente pelo «Office International de la Vigne et du Vin» em 1949 e registada em 1973, apresenta-se como um vasto anfiteatro verdejante, de relevo muito variado, com temperaturas amenas e uma franca exposição atlântica, marcada por um clima de grande pluviosidade, nebulosidade e humidade atmosférica.

As características dos seus vinhos vêm-lhe deste clima, da constituição granítica do solo e do terreno acidentado, onde as vinhas se apresentam sob a forma de «latadas» (e têm o nome de «vinhas de enforcado», «ramadas», «cruzetas» e «arejões») e às vezes sobem arriçadas às árvores («uveiras»).

A designação do Vinho Verde remonta ao começo da nacionalidade e enraiza-se na tonalidade verdejante dos lugares onde se produz. a região costeira situada entre os rios Minho e Douro e banhada pelo Lima, Cávado e Ave.

Produzido em seis sub-regiões (Monção, Ponte de Lima, Braga, Penafiel, Amarante e Mondim de Basto) que abrangem 21 Adegas Cooperativas e 2400 produtores, o vinho verde, feito de uvas bem maduras, tem elevada acidez (do ácido málico) que lhe confere uma agradável frescura na época quente. Com baixa graduação alcoólica (entre os 8 e os 11,5 graus) este vinho — o branco de cor amarela ou limão, e o tinto de cor intensa e espuma rosada ou vermelha — é controlado, na sua qualidade, pela Comissão da Viticultura da Região dos Vinhos Verdes. A sua produção é grande (cerca de 16 milhões de litros por ano, ou seja, vinte por cento da produção nacional) e as castas principais são o Azal, Borracal, Brancelho, Pedral e Rabo de Ovelha (os tintos) e os famosos Alvarinho, Loureiro, Trajadura, Avesso, Batoca e Pederhã (os brancos).



de 250 mil hectares de extensão e um conjunto de microclimas de ambiente seco e quente, a região estende-se desde Barqueiros (a cem quilómetros do Porto) até à fronteira espanhola, isto é, a Barca de Alva. É a uma zona de declives xistosos com afloramentos de granito e filões de quartzo e calcário, onde o homem construiu, ao longo dos séculos, os «geios», terraços que se apoiam em muros de pedras soltas.

No conjunto da região, os melhores vinhos provêm das áreas mais representativas — Mesão Frio, Favaios, Murça, Armamar e Vila Real — e são claros e frescos, de cor brilhante; na zona interior são mais escuros, alcoólicos e encorpados, e de baixa acidez.

A Federação dos Vinicultores do Douro, representando cerca de trinta mil produtores de vinhos de pasto e generosos, assegura o controlo da produção e a qualidade dos vinhos da região.

A região vinícola do Douro, a primeira de Portugal, tornou-se em 1757, sob a responsabilidade do Marquês de Pombal que lhe mandou estabelecer os limites, a mais antiga do mundo. Originariamente demarcada como Região do Vinho do Porto, passou, recentemente, a poder usar também o nome do Douro, para vinhos de qualidade da região.

Situada no Vale do Douro e dos seus afluentes, com mais

Vinho do Porto

O Vinho do Porto nasce nesta região, de que o rio Douro é a espinha dorsal e, ao mesmo tempo, a via imemorial de penetração que a liga ao Porto. Enquadrada, a noroeste, por Vila Real e a sul pela antiquíssima Lamego, a região, quente e seca e privilegiada com um complexo agro-climático sem igual, tem como centro comercial a vila de Régua e centro geográfico o Pinhão.

É neste quadro e por dentro dos 170 milhões de cepas, cujas mães, segundo se diz vieram da Grécia, da Itália, e da França, e que hoje se encontram plantadas em cerca de 100 mil prédios rústicos, que germina o Vinho do Porto.

Há vários tipos de vinho, uns envelhecendo em cascos de madeira e que são resultado de sábias lotações entre colheitas de diferentes anos, e outros em garrafas provindo de uma só colheita, cujo ano vem indicado no rótulo. Entre esses tipos, é costume distinguir o Branco

(«white»), um aperitivo inigualável, doce e seco produzido a partir de uvas brancas e envelhecido em casco; o Tinto («red») e Tinto alourado («ruby»), e usados em misturas («cocktails»), vinhos de sobremesa, igualmente envelhecidos em casco, geralmente novos e doces, com algum corpo e sabor a fruto; e o Alourado («Tawny»), grande vinho de sobremesa e servido também como aperitivo, quase sempre mais velho, meio seco ou doce, com uma tonalidade de topázio queimado.

De entre as 130 castas existentes na região, as mais usadas na produção do Vinho do Porto são o Alvarelho, Bastardo, Souzão, Tinta Carvalha, Tourigo, Gouveia e Malvasia.

O Instituto do Vinho do Porto garante oficialmente a qualidade e genuidade do produto, através do «Certificado de Origem» colocado no vinho exportado, e do «Selo de Garantia», no que é engarrafado em Portugal.



A IMPORTÂNCIA DO SECTOR VINÍCOLA

— Entrevista com o vice-presidente da JNV

As principais questões ligadas ao sector da vitivinicultura nacional — a sua importância no contexto económico, o problema das regiões demarcadas e a demarcar, as medidas de reestruturação exigidas pela entrada de Portugal no Mercado Comum e a procura e consumo de vinhos nacionais nas comunidades portuguesas residentes no estrangeiro — são alguns dos temas abordados nesta entrevista com o eng. Bento de Carvalho, vice-presidente da Junta Nacional do Vinho.

— Gostávamos que nos falasse da importância económica da vitivinicultura nacional e, mais concretamente, da importância das regiões demarcadas e a demarcar.

— Portugal é um país vinícola com grandes tradições, ocupando a vinha uma área de cerca de 350.000 hectares, dando trabalho, praticamente todo o ano, a uma mão-de-obra



Eng.º Bento de Carvalho.



ção de alta percentagem de glicerina que dá ao vinho o gosto aveludado, factores que levam certos enólogos nacionais e estrangeiros a considerar o Dão o melhor vinho de mesa português.

Com um aroma especial e requintado, sem grande acidez, o Dão, com um teor alcoólico de 12 graus, melhora com o envelhecimento e é muito procurado nos mercados internacionais. Sob a influência do clima (invernos severos e verões quentes), da altitude e da exposição aos raios solares, os vinhos tintos ficam com uma única e maravilhosa coloração rubi, aroma e gosto suaves, e os brancos adquirem frescura, leveza, aroma suave e cor citrina.

A qualidade destes vinhos (das tradicionais castas Tourigo, Pinheira, Carvalha, Bago de Louro, Alvarelho e Bastardo, os tintos, e das castas Arinto, Dona Branca, Bucelo, Fernão Pires e Sercial, os brancos), é assegurada pela Federação dos Vinicultores do Dão, que emite o selo de origem para os vinhos engarrafados.

A fama desta região de vinhos maduros, remonta, segundo parece, aos tempos da fundação da Lusitânia.

Nesta zona, situada na montanhosa província da Beira Alta, entre as serras do Caramulo, Estrela, Buçaco e Lousã, localizam-se extensos e densos pinhais, onde um olhar mais atento descobre, meio escondidos e abrigados pelos picos, uns belos vinhedos.

Dividida pelo Vale do Dão e pelo curso superior do Mondego e seus afluentes, a região das Terras Altas caracteriza-se pelo arrefecimento que nela ocorre logo no começo do Outono, o qual provoca uma fermentação do mosto e a cria-



O vinho de Bucelas, cuja zona demarcada vem do século XVI, é produzido perto de Lisboa, no vale do rio Trancão, em terrenos argilosos e calcários, que lhe conferem pouca acidez e aroma muito especial. O micro-clima específico da região, bastante frio no inverno e temperado no verão, impede que a maturação das uvas seja excessiva. Por este motivo, o Vinho de Bucelas possui um sabor fresco, associado ao aroma característico das castas mais utilizadas (Arinto, Boal, Esgana-Cão e Rabo de Ovelha).

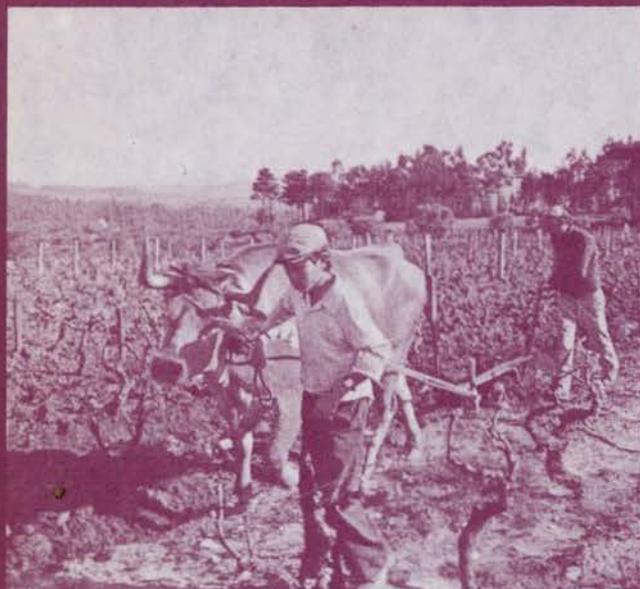
Nesta pequena região, só o branco tem direito à designação de Vinho de Bucelas, mas todo o vinho produzido atinge uma graduação entre os 11 e os 11,5 graus e, com a idade, torna-se um pouco gasoso e de paladar e aroma inconfundíveis.



A fama do vinho de Colares — produzido na área da serra de Sintra — nasceu possivelmente no século XIII, dizendo-se que foi D. Afonso III o seu primeiro impulsionador.

As vinhas rastejantes e crescendo nas pequenas dunas de areia da costa atlântica, são batidas pelos ventos do mar e pelos nevoeiros carregados de sal, conservando uma grande riqueza, o cloreto de sódio, que torna o vinho leve e aromático. As videiras são protegidas com canas entrelaçadas que impedem os cachos de uvas de rastejar nas areias quentes.

Devido ao clima temperado e aos verões húmidos, a graduação dos tintos anda pelos 11 graus, mas os brancos (de cor citrina, frescos e possuindo acentuado gosto a fruto) são um pouco mais fortes (12 graus), possuindo ambos uma acidez refrescante e melhorando com o envelhecimento.



rais, isto é, 20% da população activa agrícola do país.

A produção média anual do último decénio foi de cerca de 10.000.000 hl., havendo cerca de 180.000 produtores, dos quais 87% dos vinicultores produzem, individualmente, menos de 100 hl e 96% menos de 250 hl, encontrando-se associados em Adeegas Cooperativas cerca de 35-40%.

No país existem 113 Adeegas Cooperativas, ocupando Portugal o 6.º lugar na produção mundial de vinho.

O consumo interno é de cerca de 7-7.500.000 hl. e a exportação de vinhos de mesa e vinho do Porto representou em 1978 uma entrada de divisas no valor de cerca de 7,5 milhões de contos.

As vinhas do País não são

uma dádiva gratuita da natureza, espontaneamente, não foram plantadas uma só vez, mas são o trabalho paciente de várias gerações, que são os artesãos duma tradição, que com respeito e dignidade criaram aos vinhos uma qualidade e reputação que os tornam conhecidos em todo o mundo.

O Marquês de Pombal foi um grande impulsionador da



equivalente à utilização da capacidade de trabalho de cerca de 235.000 trabalhadores ru-

Região de Carcavelos



Região de Setúbal



Região da Madeira



A região de Carcavelos, situada perto da foz do Tejo, apresenta um terreno de natureza calcárea, com maciços de basalto.

O vinho de Carcavelos tem uma bela cor de topázio, alta qualidade e aroma característico; a graduação anda entre os 18 e os 20 graus e o sabor inconfundível desenvolve-se bem com a idade.

As castas principais deste vinho generoso são Arinto e Boal, o Espadeiro, Torneiro, Negro-Mole e Trincadeira.

Estendendo-se por toda a península de Setúbal e pelo concelho de Palmela, a cultura da vinha remonta, nesta região, aos tempos dos visigodos, romanos e árabes. A zona, de terrenos argilosos, calcários e arenosos, possui um misto de clima sub-tropical e mediterrânico, com amplitudes térmicas médias.

Em razão do relevo e da influência marítima, o vinho generoso aqui produzido com as famosas uvas moscatéis e brancas, apresenta uma cor entre o topázio branco e claro e atinge graduações entre os 18 e os 20 graus.

As castas mais conhecidas, além do Moscatel de Setúbal e do Moscatel Roxo, que rivalizam com os melhores moscatéis do mundo, são o Alexandrino, Málaga, Romana, Roxa de Constança e Tamarez. Também se produz nesta região, a partir da casta Periquita, um belo tinto de mesa, com cerca de 12 graus, encorpado, seco, com aroma e saber a fruto.

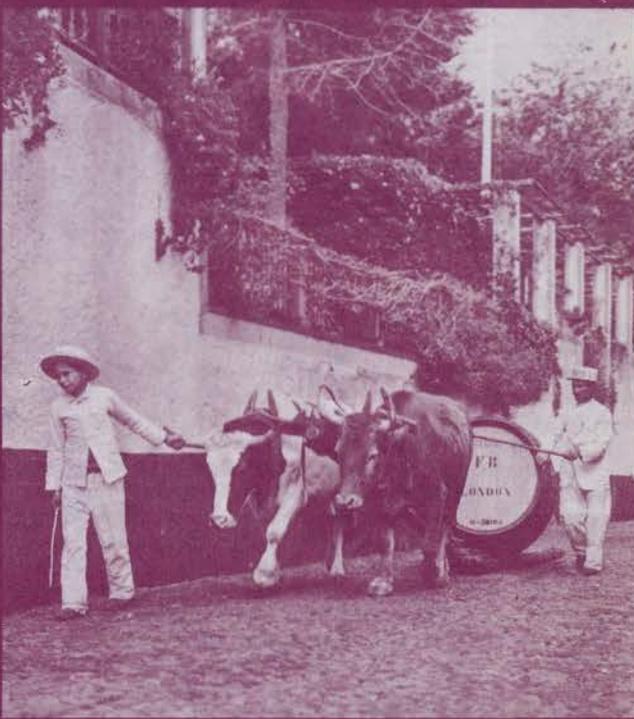
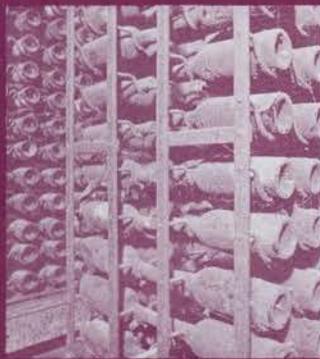
Ainda dentro das regiões demarcadas, destaca-se a do vinho da Madeira, de antiga tradição, produzido nas encostas e socacos soalheiros que vão desde o litoral até 600 metros de altitude. As manchas mais concentradas situam-se nas vertentes sul e norte da ilha, especialmente nas zonas de Câmara de Lobos, Campanário, Ponta do Pargo e Estreito.

A vinha madeirense, conduzida normalmente em ramadas contínuas e horizontais, a pouca altura, está implantada num

solo de natureza vulcânica e beneficia de uma acentuada influência da humidade e da amenidade do clima, ou, segundo Vieira Natividade, «de mil climas num só clima». As vinhas ocupam uma área de cerca de dois mil hectares e produzem, nas melhores épocas, mais de 11,5 milhões de hectolitros de mosto.

As melhores castas são o Malvasia (o «Malmsey» inglês, meio seco), Boal (meio doce), Verdelho, Tinto da Madeira e o seco Cercial. Os vinhos de vários tipos, apropriados para aperitivos, uns, e para sobremesa, outros, apresentam um teor alcoólico que varia entre os 18 e os 20 graus.

Acrescente-se que nos últimos anos foi efectuada uma reorganização das vinhas madeirenses, tendo sido plantadas castas nacionais e europeias, todas de qualidade superior e elevada produção.



produção vinícola portuguesa, dedicando muita atenção a vários vinhos, como o vinho do Porto, o Carcavelos, o Bucelas.

Data do seu governo a criação da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro, sendo nessa altura delimitada a região do Douro, pela primeira vez.

No reinado de D. Carlos foram demarcadas pela primeira

vez as regiões dos Vinhos Verdes, do Dão, de Colares, de Carcavelos, do Moscatel de Setúbal e Madeira e revista a delimitação do Douro de tal maneira que ainda se mantém na sua essência.

As características organolépticas dum vinho estão intimamente ligadas à região que o produz; o Sol, o terreno, o clima, a exposição, a microflora

são elementos essenciais que intervêm na constituição do vinho e lhe definem a sua qualidade.

Mas se estes factores naturais são essenciais para a qualidade de um vinho, estes não são os únicos a intervirem. O **HOMEM**, o viticultor, tem um papel fundamental escolhendo as **CASTAS**, os métodos de cultura, de vinificação, de con-

servação, os quais têm uma interferência bastante activa em todo o processo que define as características específicas de um vinho.

É a combinação dos factores naturais associados aos factores humanos que dá ao vinho a sua originalidade própria derivada da origem e que, por isso, se exprime por **denominação de origem**.



Entre as regiões vinícolas não-demarkadas, a primeira que nos surge, começando pelo norte do País, é a de Trás-os-Montes, que abrange os distritos de Bragança e Vila Real, com excepção das terras incluídas nas regiões do Vinho do Douro e dos Vinhos Verdes. Sendo uma área de feição planáltica, de terrenos xistosos e afloramentos de granito, os seus vinhos atingem uma graduação entre os 10 e os 12 graus.

No distrito de Bragança, os vinhos mais conhecidos são os de Vinhais, Vimioso e Bragança (por natureza leves, pouco alcoólicos, frescos e agradáveis) e os de Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Carrazeda de Ansiães.

No distrito de Vila Real distinguem-se os vinhos dos concelhos de Chaves, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e ainda os célebres «rosés», produzidos nos concelhos de Mogadouro e Miranda do Douro.



É por esta razão que a denominação de origem não pode nem deve ser utilizada senão para designar os vinhos produ-

zidos em determinadas regiões, determinadas por Lei e que em Portugal se designam por **Regiões Demarcadas**, dotadas de estatuto próprio.

Os vinhos produzidos nas regiões demarcadas possuem um selo de origem que garante a denominação de origem e para o consumidor é um certificado de qualidade e genuinidade do produto.



Entre o Douro e o mar, de um lado, e as serras do Caralmo e do Buçaco, do outro, a região da Bairrada estende-se pelos concelhos de Águeda, Aveiro, Cantanhede, Oliveira do Bairro, Vagos, Mealhada, Anadia e Souselas.

A região foi classificada há mais de um século como o «País Vinhateiro» mas a produção dos seus vinhedos tem vindo a baixar: de um milhão de hectolitros em 1973 e 1974, desceu para menos de 200 mil hectolitros no ano passado. Aliás, é de referir que as vinhas da zona foram mandadas arrancar pelo Marquês de Pombal,

para que não fizessem concorrência às do Alto Douro e, mais tarde, por ordem de D. Maria I, mandadas replantar.

Nesses terrenos de natureza argilosa e calcária, com um clima mediterrânico-atlântico, produzem-se vinhos excelentes, bons tintos de mesa, encorpados e perfumados, com cerca de 12 graus, de cor granada, com um sabor penetrante e aroma encantador. Os brancos apresentam uma cor citrina, e são em grande parte utilizados no fabrico e na preparação de espumantes, produto em que a zona é pioneira. Os melhores são os das castas Bica, Diogalves, Maria Gomes e Pinot, e os tintos das uvas Baga, Grand Noir, João de Santarém e Trincadeira.

Por fim, é de salientar que na Bairrada (área com cerca de 400 quilómetros quadrados e oitenta mil habitantes, dez por cento deles trabalhando nas vinhas), se encontram cerca de 700 armazéns de vinho e mais de mil destilarias.



As regiões demarcadas existentes no País, dotadas de estatuto próprio, e correspondendo, por isso, a denominação de origem são: Colares, Bucelas, Dão, Vinhos Verdes, Carcavelos, Moscatel de Setúbal, Douro e Madeira.

Estão em curso estudos que visam, num curto espaço de tempo, a demarcação de novas regiões vinícolas, cujos vi-

nhos apresentam uma tipicidade marcada e cujas características organolépticas são inconfundíveis e permitirão a concorrência deste produto na Comunidade Europeia entre os vinhos de reconhecida qualidade.

— A produção de vinho no nosso País tem vindo a decrescer, nos últimos anos, sendo até necessário importar algu-



A região de Lafões, também chamada «região do Verdasco», espalha-se pelos concelhos de S. Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades, entre outros, e abrange uma área da bacia do Alto Mondego, encontrando-se cercada pelas serranias do Carramulo, Arada, Montemuro e Nave.

As características dos seus vinhos, criados em terrenos xistosos, em «vinhas do enforcado», como os vinhos verdes, aproximam-nos destes últimos. Pouco alcoólicos, mas com elevada acidez e sabor a fruto, os tintos são macios, encorpados, de cor granada e próprios para envelhecimento.

Esta região é normalmente dividida em duas sub-zonas bem definidas: a Beira Alta, a norte (abrangendo os concelhos de Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo, Trancoso, Celorico da Beira, Almeida e Guarda) e, a sul, a Baira Baixa.

Na zona do norte, de solos litólicos e por vezes xistosos, com um clima de tipo mediterrânico e atlântico, os vinhos mais procurados são os da Meda (de tipo palhete, muito apaladados e com certa afinidade com os do Dão), os de Armamar, Tarouca e Moimenta da Beira (este para a preparação de espumantes). Merece também um relevo muito especial o Vinho de Pinhel, famoso na antiguidade, luminoso, colorido, leve e aromático, cujos vinhedos, enraizados num terreno granítico, se estendem pelo vale do rio Coa. Os seus tintos são ácidos, de cor forte, e os brancos transparentes e refrescantes.

Na segunda zona, com manchas de granito e de xisto e de clima de tendência atlântica e ibero-mediterrânica, produzem-se uns vinhos encorpados, macios e alcoólicos, próprios para envelhecimento, com relevo para os da Covilhã, Fundão e Castelo Branco.



Considerada a zona mais produtiva do País, a Região do Oeste abrange uma faixa atlântica, desde o estuário do Tejo aos concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos, de solos de tipos variados, e o seu clima temperado tem influência mediterrânica.

As principais zonas produtivas são Torres Vedras, Alenquer e Arruda dos Vinhos (com tintos vigorosos, encorpados, com sabor acentuado e próprio para o envelhecimento e um teor alcoólico de 12 graus) e, mais acima, os vinhos de Alcobça (cuja fama vem do século XII, de Alfeizerão e de Leiria).



Com solos de aluvião e ao mesmo tempo calcários e argilosos, e clima moderado (sub-mediterrânico), esta região estende-se pelos concelhos do Cartaxo, Azambuja, Santarém, Rio Maior, Almeirim, Alpiarça, Chamusca e Salvaterra de Magos.

Os vinhos do Cartaxo e alguns da Azambuja e Rio Maior, têm corpo, são aveludados e taninosos, alcoólicos, de cor granada e bons para envelhecimento. Os de Santarém, Almeirim e Chamusca são bastante alcoólicos, menos encorpados e com sabor a fruto.



mas quantidades de vinho, para manter os níveis de exportação. A que se deve isto?

— A produção vinícola nacional tem diminuído nos últimos anos, essencialmente devido a condições climatéricas pouco favoráveis à viticultura. Apesar disto também não é estranho a esta diminuição o envelhecimento das vinhas, e em algumas regiões onde do-

mina a pequena propriedade o abandono da vinha, por falta de rentabilidade principalmente devido à não mecanização de terra e aos elevados salários de mão-de-obra.

A produção média vinícola dos últimos anos foi a seguinte:

1968 — 11.690.410 hect.
1969 — 8.081.241 hect.
1970 — 11.327.605 hect.
1971 — 8.834.872 hect.

1972 — 8.196.000 hect.
1973 — 11.085.982 hect.
1974 — 13.872.545 hect.
1975 — 8.773.296 hect.
1976 — 9.252.893 hect.
1977 — 6.586.883 hect.
1978 — 5.500.000 hect.

— Ultimamente, tem-se falado bastante da urgência da reestruturação do sector vinícola, devido, sobretudo, à próxima

entrada de Portugal no Mercado Comum. Quer elucidar-nos acerca das medidas de reestruturação em curso no sector?

— A reestruturação do sector vinícola nacional é uma necessidade imediata, não só para estarmos em condições de poder entrar para a CEE, como também para defender a VITICULTURA NACIONAL.



No interior e para sul do País, com um clima seco (de invernos frios e verões quentes) e estiagens prolongadas, surge a região do Alentejo, ocupando a vinha algumas manchas nos distritos de Portalegre, Évora e Beja. Os vinhos do Alentejo possuem uma suavidade natural devida à baixa acidez, e têm relevo especial os tintos de Reguengos de Monsaraz, os brancos da Vidigueira e da Granja e ainda os tintos e brancos de Portalegre, Redondo e Borba. Distinguem-se também os brancos de Cuba, de cor citrina ou ambarina, com um característico aroma.

Os tintos da região alentejana são aromáticos, robustos, de cor rubi e os brancos, alambreados ou de cor citrina e agradáveis ao paladar, possuindo ambos um teor alcoólico elevado e envelhecendo bem.

Na faixa litoral sul, entre o mar e as serras do Caldeirão e Monchique, encontramos o região vinícola do Algarve, com solos de arenitos, grés ou afins e de clima mediterrânico, com invernos suaves, verões quentes e fraca pluviosidade.

Os vinhos algarvios, todos com uma graduação acima dos 13 graus, são leves, aveludados, pouco encorpados e acidulos, com gosto a fruto, os tintos, e delicados, suaves, com baixa acidez e cor citrina, os brancos. Entre eles, distinguem-se os brancos e tintos (de cor vermelho-romã e vermelho-granda) da vila de Lagos, vinhos com muita personalidade, alma vigorosa, aroma e sabor a peras e maçãs, que ganham com o envelhecimento.

A cultura das vinhas em algumas ilhas dos Açores, especialmente no Pico e na Graciosa, remonta praticamente ao tempo do seu povoamento pelos portugueses, isto é, a 1439.

Os Açores caracterizam-se por terrenos de natureza vulcânica, de solos pouco espessos e por um clima sujeito a pequenas amplitudes térmicas e de precipitações anuais elevadas e regulares.

Os vinhos da Ilha do Pico, são frescos e leves, secos e com sabor a fruto, e com um teor alcoólico que varia entre os 15 e os 17 graus. Na ilha predominam as castas brancas Arinto, Verdelho e Fernão Pires, e o vinho que delas se produz resulta de videiras situadas em terrenos pedregosos, junto da costa, em lugares cercados por muros de pedras soltas, que tomam o nome de «currais».

Na Ilha Graciosa, os vinhos, também produzidos de videiras que crescem em «currais» por causa dos ventos, são leves, secos, de aroma acentuado a fruto e com um teor alcoólico mais baixo (entre os 11 e os 12 graus).

Não podemos deixar de mencionar o vinho «Rosé», produzido pela primeira vez há algumas décadas, na zona transmontana de Chaves e de Vila Real, e que, mais tarde, se espalhou também por zonas da Beira Alta, Bairrada e Setúbal. É de sublinhar que o «Rosé» se tornou um produto vinícola único no mundo e que é responsável por 90 por cento da exportação nacional de vinhos de mesa engarrafados.



Neste momento, e quanto às exigências analíticas tem-se evoluído de acordo com a disciplina vinícola em vigor na CEE e, em relação à disciplina da rotulagem, começam-se a dar os primeiros passos para que, a curto período de tempo, os rótulos dos vinhos portugueses estejam de acordo com a disciplina da rotulagem em vigor na CEE.

— **Existem, porventura, dados sobre a procura e o consumo de vinhos portugueses nas nossas comunidades dispersas pelo mundo?**

— Relativamente à procura de vinhos portugueses verificou-se que em 1978, a exportação para a CEE, foi de 21.164.401 litros no valor de 976.021.295\$40, tendo-se exportado para a Alemanha Oci-

dental, 3.854.178 litros no valor de 172.481.114\$60 e 933.619 litros no valor de 35.937.930\$90 para a França. Em relação à EFTA exportou-se 13.289.607 litros no valor de 287.669.553\$80.

Para o Brasil foram exportados 2.883.733 litros no valor de 127.823.734\$50, para o Canadá 7.146.053 litros no valor de 327.614.121\$00.

Para a República da África

do Sul, 102.689 litros no valor de 4.549.286\$60 e para a Venezuela 1.196.060 litros no valor de 49.978.106\$60. ■





«Festejando o S. Martinho»
—óleo de José Malhoa (1907)
—da coleção do Museu Na-
cional de Arte Contem-
porânea.



O general Eanes ao ser recebido pelo presidente da Jugoslávia, na ilha de Brioni.



33

VISITA PRESIDENCIAL À JUGOSLÁVIA

Ao regressar a Lisboa, após a visita oficial de três dias que efectuou à Jugoslávia, a convite do presidente Tito, o general Ramalho Eanes afirmou, em declarações à imprensa, que esta viagem tivera como principal propósito o de obter a aproximação com aquele país, «de modo a que os progressos alcançados no plano político — apesar das diferenças dos nossos sistemas e da autonomia de actuação de cada um dos países — tenham expressão equivalente nas áreas em que é viável uma cooperação mais intensa».

O Presidente da República salientou, por outro lado, que esta deslocação teve reflexos no quadro da política de desanuviamento e aproximação prosseguida pela Europa da CEE e da NATO, e referiu-se, igualmente, ao papel estratégico desempenhado pela Jugoslávia, como mediador, considerando-o «altamente benéfico para o crescimento harmónico da humanidade,

para que o ritmo de vida dos povos seja menos atormentado e conflitual, e para a criação de relações internacionais que não sejam só nem principalmente relações de poderio e de dominantes e dominadores».

O general Eanes acentuaria ainda que a viagem à Jugoslávia terá incidências positivas nas relações que Portugal pretende manter com a África.

O comunicado conjunto sobre as conversações realizadas pelos presidentes

Eanes e Tito — documento que foi distribuído simultaneamente em Lisboa e em Belgrado — revela que os dois chefes de Estado concordaram quanto à necessidade de prosseguir esforços para ultrapassar os obstáculos que dificultam o reforço de desanuviamento, enquanto processo universal.

Também se verificou «identidade de pontos de vista» quanto às principais questões relacionadas com a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa. Neste âmbito, Eanes e Tito realçaram a impor-



VISITA PRESIDENCIAL À JUGOSLÁVIA

As conversações realizadas entre Eanes e Tito caracterizaram-se por uma marcada identidade de pontos de vista dos dois estadistas em relação a diversas questões da política internacional.

tância que atribuem à estabilidade, à paz, ao desenvolvimento de uma ampla cooperação, em pé de igualdade, e às relações de boa vizinhança na região do Mediterrâneo, considerando que a segurança europeia «está iminentemente ligada a essa zona».

No citado documento conjunto refere-se que, ainda no contexto das relações internacionais, os presidentes de Portugal e da

e a cooperação económica internacional.

A cooperação económica bilateral, segundo o comunicado que temos vindo a citar, deve situar-se ao nível das relações políticas, para incremento das trocas a longo prazo e apoiando a intensificação de contactos entre as instituições e os empresários dos dois países. Foi igualmente expresso o interesse pelo desenvolvimento da cooperação luso-jugoslava nos domínios



Acompanhado pelo marechal Tito, o Chefe de Estado português passa revista às tropas em parada.

Jugoslávia analisaram a situação no Médio Oriente e na África Austral, tendo procedido depois ao exame das relações bilaterais. Neste último domínio, o general Eanes e o marechal Tito manifestaram a vontade de se consultarem sobre todas as questões de interesse comum, em particular as que se relacionam com a Europa, o Mediterrâneo, o processo de desanuviamento

da cultura, educação, informação, turismo, ciência, tecnologia e transportes.

De salientar ainda que, no decurso desta visita oficial do Presidente Eanes à Jugoslávia, foi assinado um acordo de cooperação no sector dos transportes marítimos, convénio que representa «um contributo para a continuação do alargamento da cooperação entre os dois povos».

No âmbito da primeira reunião da comissão mista permanente, realizada em Lisboa, os Governos de Portugal e da República Popular de Angola assinaram um acordo cultural e um acordo de cooperação nos domínios sócio-cultural e técnico-científico.

Esta primeira reunião da comissão mista permanente luso-angolana — prevista no Acordo Geral de Cooperação que os dois países assinaram no ano transacto, em Bissau, aquando do encontro entre os presidentes Ramalho Eanes e Agostinho Neto — decorreu em grande parte no Ministério dos Negócios Estrangeiros, embora noutros departamentos governamentais se tenham realizado sessões de trabalho das subcomissões que tiveram a seu cargo a análise de problemas sectoriais.

Comunicado final

No comunicado final da reunião, assinado pelos chefes das delegações de Portugal e de Angola — respectivamente o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Freitas Cruz, e o ministro angolano das Finanças, Ismael Martins —, salientava-se que «os trabalhos foram marcados por um ambiente de grande compreensão e cordialidade que sempre reflectiu a importância que os dois Governos atribuem à política de aproximação entre os dois povos».

Após uma ampla troca de pontos de vista sobre problemas de interesse comum — prossegue o comunicado —, as delegações portuguesa e angolana concordaram que «o desenvolvimento normal das relações de cooperação pressupõe o respeito dos princípios que devem nortear as relações entre dois Estados soberanos».

Nesta ordem de ideias, a delegação da República Popular de Angola considerou como susceptível de afectar as relações entre os dois países a presença em Portugal de elementos desafectos e hostis à RPA, o que foi tomado em devida conta pela parte portuguesa, que se comprometeu a promover diligências no sentido de neutralizar a actividade desses elementos.

A questão dos refugiados angolanos residentes em Portugal e a dos portugueses detidos em Angola foram igualmente objecto de análise e acordo. Assim, por exemplo, o Governo português assumiu o compromisso de continuar a prestar toda a sua colaboração nas operações de repatriamento dos refugiados angolanos. Por seu lado, a delegação angolana informou que as autoridades da RPA «observarão,

COMISSÃO MISTA LUSO-ANGOLANA REUNIUI EM LISBOA



Os ministros Ismael Martins e Freitas Cruz, durante a cerimónia de assinatura dos acordos celebrados, em Lisboa, pelas delegações de Angola e Portugal.

face aos portugueses detidos em Angola, as garantias de assistência consular e judiciária previstas no artigo 36 da Convenção de Viena».

O comunicado conjunto refere, mais adiante, que as duas delegações acordaram também em negociar, até ao fim do corrente ano, um acordo judiciário, ficando igualmente previsto o estudo das possibili-

dades de celebração de um acordo consular, antes da próxima reunião da comissão mista.

Cooperação nos domínios sócio-cultural e técnico-científico

No que respeita à intensificação da cooperação nos domínios sócio-cultural e

técnico-científico, acordou-se «no estabelecimento de um quadro jurídico geral que permita o início imediato da cooperação nos diversos sectores que integram aqueles domínios, nomeadamente através do intercâmbio dos respectivos centros de documentação, serviços públicos e instituições especializadas, e do envio de cooperantes e missões de estudo, bem como da concessão de bolsas de estudo para formação profissional».

Quanto à cooperação no domínio cultural, as duas partes acentuaram a importância da comunicação social na divulgação da cultura dos respectivos povos, «bem como a vantagem em incentivar a eventual edição e co-edição de obras literárias, científicas, técnicas e artísticas dos respectivos autores nacionais».

Cooperação económica

No que respeita à cooperação económica, foi acentuado um pormenorizado exame das possibilidades de a incrementar, designadamente nos sectores das pescas, habitação e obras públicas, transportes e comunicações, comércio e seguros, indústrias extractivas e transformadoras. Foram igualmente consideradas acções com vista à formação profissional e à celebração de contratos de assistência técnica e dos respectivos acordos sectoriais.

Ainda no plano económico, a delegação portuguesa tomou conhecimento do recente Código de Investimentos Estrangeiros na RPA, instrumento considerado susceptível de facilitar, no futuro, as relações entre os dois países. As duas delegações abordaram também algumas das questões referentes à problemática económico-financeira comum, no quadro das decisões da cimeira de Bissau.



Ao nível da cooperação entre departamentos estatais, o Ministério dos Negócios Estrangeiros ofereceu-se para assegurar a formação do pessoal diplomático angolano e para apoiar o Governo da República Popular de Angola nas relações com instituições e organismos internacionais. Planos concretos de cooperação foram igualmente apresentados pelos Ministérios do Trabalho, Finanças e Plano, Administração Interna e Secretarias de Estado da Administração e da Cultura. ■

Escreva sempre o CÓDIGO POSTAL na sua correspondência



CÓDIGO POSTAL
meio caminho andado

COMÉRCIO EXTERNO

O comércio externo português registou, em 1978, um défice de 120 milhões e 600 mil contos, correspondendo a 227 milhões de contos de importações e cerca de 107 milhões de contos de exportações, segundo dados divulgados pela Instituto Nacional de Estatística.

37



O défice de Portugal com os nove países da Comunidade Económica Europeia (CEE) foi de 44,8 milhões de contos, com 104,3 milhões de contos de importações (45,8 por cento do total) e 595 milhões de contos de exportações (55,5 por cento do total). De entre os países membros da CEE, o défice mais elevado (17,6 milhões de contos) verificou-se com a Alemanha Federal (31,5 milhões de contos de importações e 14 milhões de contos de exportações), sendo este país o principal fornecedor de Portugal e o nosso segundo cliente.

A Grã-Bretanha continuou a ser o nosso principal cliente (19,4 milhões de contos de exportações e 22,9 milhões de contos de importações). As trocas comerciais de Portugal com aquele país representaram, no ano passado, 18,1 por cento do total exportado e dez por cento do total importado.

Com a Dinamarca e a Irlanda regista-

ram-se saldos positivos de 830 mil contos e 230 mil contos, respectivamente.

O défice com os países da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) atingiu 5,8 milhões de contos, com 20,2 milhões de contos de importações (8,9 por cento do total) e 14,4 milhões de contos de exportações (13,4 por cento do total). O défice mais elevado dentro da EFTA verificou-se com a Suíça (5,6 milhões de contos), sendo positivos os saldos com a Finlândia e a Noruega (461 mil contos e 710 mil contos, respectivamente).

O saldo negativo com os países de economia planificada foi, no ano passado, de 2,6 milhões de contos, devendo-se essencialmente às trocas com a União Soviética (4,2 milhões de contos de importações e 1,8 milhões de contos de exportações). Os saldos com a Bulgária, Hungria e Roménia mantiveram-se positivos.

Com os países africanos de expressão portuguesa o saldo foi favorável a Por-

tugal em 4,4 milhões de contos (5,9 milhões de contos de exportações e 1,5 milhões de contos de importações).

O défice com os Estados Unidos atingiu em 1978 um valor próximo dos 19,5 milhões de contos, correspondente a 26,9 milhões de contos de importações (11,8 por cento do total) e 7,5 milhões de contos de exportações (sete por cento do total).

As importações que mais contribuíram para os défices referidos respeitam a máquinas, aparelhos e material eléctrico (41,4 milhões de contos) produtos minerais (39,6 milhões de contos) e produtos alimentares (38,5 milhões de contos).

Os têxteis e suas obras, calçado, peles e couros (34,9 milhões de contos), produtos de madeira, cortiça e papel (16,8 milhões de contos, e máquinas, aparelhos e material de transporte (14,6 milhões de contos), foram os três grandes grupos de bens exportados por Portugal no ano passado.

Escreva sempre o



Uma delegação da Assembleia Popular Suprema da República Democrática da Coreia visitou o nosso País, durante uma semana, a convite da Assembleia da República.

A delegação era chefiada pelo presidente da Comissão Permanente da Assembleia norte-coreana e integrava o vice-presidente da Comissão das Relações Culturais para o Exterior, um membro da Comissão Permanente, um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o embaixador da República Democrática da Coreia em Lisboa.

Os deputados norte-coreanos foram obsequiados com uma recepção no Palácio de S. Bento e participaram numa reunião com o presidente da Assembleia da República — conforme documenta a imagem — e representantes dos quatro grupos parlamentares. Os visitantes avistaram-se ainda com o Presidente da República, o Primeiro-ministro e o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros.

Durante a sua estada em Portugal, a delegação norte-coreana visitou, nomeadamente, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, os estaleiros navais da Setenave, em Setúbal, e uma cooperativa agrícola do distrito de Évora.

MAGUE CONSTRUIU PÓRTICOS GIGANTES PARA A ROMÉNIA

Seguiram já para a Roménia, a bordo do navio «Alba», as últimas peças do segundo pórtico gigante construído pela empresa Mague para o estaleiro de Mangália.

Os dois pórticos representam para Portugal uma entrada de divisas de cerca de 615 mil contos (12,3 milhões de dólares). As peças deste último fornecimento pesavam aproximadamente 800 toneladas, de um total de 2000.

No referido estaleiro romeno está, entretanto, a decorrer a montagem do primeiro pórtico, obra que é supervisionada por técnicos portugueses.

De salientar que a Mague — uma das mais importantes empresas nacionais do sector metal-mecânico — tem vindo a efectuar negociações na Polónia e na Venezuela, e a desenvolver contactos no México e em países árabes e Estados africanos de expressão portuguesa, com o objectivo de garantir a sua participação em diversos trabalhos.

CÂMARA DE COMÉRCIO LUSO-VENEZUELANA

Tendo como objectivo contribuir para a dinamização dos acordos firmados entre Portugal e a Venezuela — no decurso da visita que, no ano passado, o general Ramalho Eanes efectuou a este último país —, foi fundada em Lisboa a Câmara de Comércio Luso-Venezuelana, associação de amizade e cooperação que recebeu já a adesão de diversos sectores da vida nacional.

A nova instituição pretende estreitar os amistosos laços culturais e comerciais que existem entre os dois países, prestando serviços diversificados, designadamente nos domínios da exportação e tecnologia, e garantindo apoio, de âmbito empresarial, aos seus associados.

ACORDO LUSO-CONGOLÊS DE TRANSPORTES AÉREOS

Portugal e a República Popular do Congo estabeleceram um acordo de cooperação no âmbito dos transportes aéreos.



Os transportes aéreos constituem, a partir de agora, um importante sector de cooperação entre o nosso País e a República Popular do Congo.

O convénio foi assinado em Brazaville pelo secretário de Estado português dos Transportes e Comunicações e pelo ministro congolês dos Transportes e da Aviação Civil.

Durante a sua estada em Brazaville, aquele membro do Governo português — que ali se

deslocou acompanhado pelo director-geral da Aeronáutica Civil — foi recebido pelo primeiro-ministro congolês, coronel Louis Sylvain Goma, e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação daquele país africano.

Vistos — Visas



ISENÇÃO DE PASSAPORTES ENTRE PORTUGAL E ESPANHA

Portugueses e espanhóis — seja qual for o seu país de domicílio ou residência — podem, desde há dois meses, atravessar a fronteira comum, em viagem turística, sem necessidade de utilização do passaporte, mediante a simples apresentação do bilhete de identidade, em qualquer dos postos abertos ao turismo internacional.

Esta medida vem concretizar o acordo assinado entre os dois países, em Abril passado, por ocasião da visita que o ministro dos negócios Estrangeiros, embaixador Freitas Cruz, efectuou a Madrid.

Nos termos do convénio, a dispensa do passaporte não se verificará quando os subditos dos dois países pretendam prolongar a sua visita para além de noventa dias ou quando se proponham estabelecer residência fixa ou exercer qualquer actividade, remunerada ou não. Por outro lado, estas novas disposições não isentam os cidadãos portugueses da apresentação, nos postos fronteiriços, do documento militar, segundo a legislação em vigor.

Em nota distribuída pelo Ministério das Finanças e do Plano foram entretanto tomadas públicas as quantias máximas que os portugueses poderão transportar quando, ao abrigo deste acordo, se deslocarem a Espanha. Assim, os que viajam munidos do bilhete de identidade ficam sujeitos às seguintes condições: se tiverem idade igual ou superior a 18 anos «podem transportar notas do Banco de Portugal ou moedas metálicas nacionais até ao limite de 5.000\$00 por pessoa e por viagem». Se tiverem idade inferior, «não lhes é permitido, neste regime, transportar qualquer quantitativo em moeda nacional ou estrangeira».

Os que viajam com passaporte «podem transportar notas e moedas estrangeiras e outros meios de pagamento sobre o exterior» que não excedam, no seu conjunto, os limites anuais de 20.000 (pessoas de idade igual ou superior a 18 anos), de 15.000\$00 (idade inferior a 18 anos mas igual ou superior a 12) ou de 10.000\$5 (idade inferior a 12 anos).

CONSULADO DE PORTUGAL NO BAHREIN

O Consulado honorário de Portugal em Manama, capital do Bahrein, entrou já em serviço. Paralelamente, o eng. José Manuel Velez foi nomeado agente consular do nosso País naquele Estado árabe.

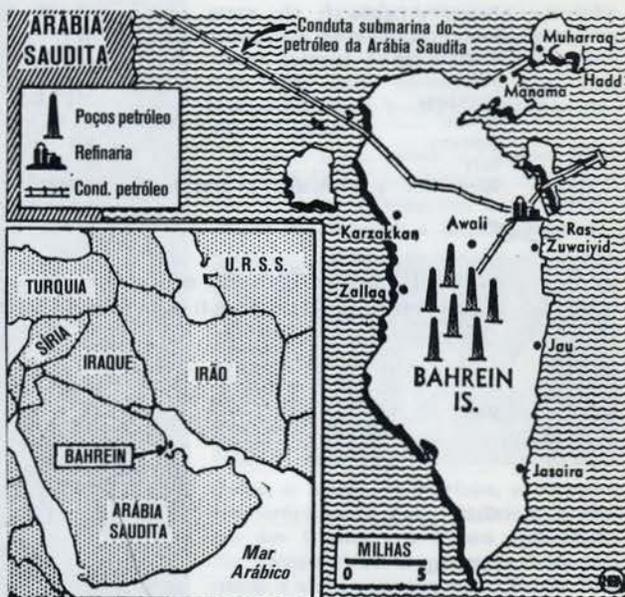
Recorda-se que trabalham no Bahrein cerca de 600 portugueses que, desde há algum tempo, vinham solicitando a nomeação de um representante consular e a criação de uma escola oficial portuguesa para os seus filhos.

O eng. José Manuel Velez, de 47 anos, trabalha no Bahrein desde Maio de 1975 e é um técnico qualificado do estaleiro da Asry, obra concluída em Dezembro de 1977 pela Lis-

nave e a cuja inauguração — como oportunamente referimos — assistiu o eng. Nobre da Costa, então ministro da Indústria e Tecnologia do I Governo Constitucional.

De Maio de 1975 até Dezembro de 1976, José Manuel Velez foi administrador da parte portuguesa do citado estaleiro, tendo sido depois substituído nesse cargo pelo Eng. António Machado Lopes.

De registar que a mulher do eng. Machado Lopes é professora do ensino básico, sendo ela quem, actualmente, ministra o ensino primário aos filhos dos portugueses residentes no Bahrein, curso que é reconhecido oficialmente.



O Bahrein, pequeno emirato do Golfo Pérsico, é particularmente rico em petróleo e tem 240 mil habitantes, constituindo um Estado independente desde 14 de Agosto de 1971. Da presença portuguesa de outrora restam ainda numerosos vestígios, designadamente fortes, fortins e canhões.

ASSINATURAS DA REVISTA «25 DE ABRIL/COMUNIDADES PORTUGUESAS»

A Revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas» é publicada mensalmente em duas tiragens simultâneas: uma delas, designada «Edição-Europa», é distribuída de Paris para os assinantes residentes em França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra e Suíça; a outra edição é distribuída de Lisboa para o resto do Mundo.

Solicitamos, pois, que ao efectuar ou renovar a sua assinatura observe o seguinte:

1. ASSINATURAS DA «EDIÇÃO-EUROPA»

(para os leitores residentes em França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra e Suíça)

o pedido de assinatura deve ser enviado

para: Embaixada de Portugal/Revista «25 de Abril»
6, Passage Dombasle — 75015 - Paris — França

A importância destas assinaturas deve ser enviada em cheque ou vale de correio passados em nome da Embaixada de Portugal/Revista «25 de Abril»

2. ASSINATURAS DE RESIDENTES EM PORTUGAL, ESPANHA E OUTROS PAÍSES (excluindo França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra e Suíça).

o pedido de assinatura deve ser enviado

para: Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração
Revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas»
Palácio das Necessidades — 1.º Piso — Largo do Rílvias — 1300 Lisboa — Portugal

A importância destas assinaturas deve ser enviada em cheque ou vale de correio passados em nome da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração

PREÇOS DAS ASSINATURAS (12 números)

Portugal e Espanha	400\$00
França	40 F.F.
Alemanha Federal	20 D.M.
Bélgica	350 F.B.
Luxemburgo	350 F.L.
Holanda	25 Fls.
Inglaterra	5 £
Suíça	20 F.S.
Outros Países - o correspondente em moeda local a	500\$00

MUITO IMPORTANTE

- Nos preços das assinaturas estão incluídos os portes de correio.
- Não esquecer que o destinatário e o remetente devem ser escritos em letra bem legível, de preferência em maiúsculas.
- Sempre que mude de residência ou deseje receber a Revista noutra local, comunique-nos o mais rapidamente possível.
- Para maior facilidade preencha em letra bem legível e recorte este cupão:

Assinatura Renovação Mudança de local de recepção da revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas» (marque com X) para o que envio a importância de

NOME

IDADE

PROFISSÃO

MORADA

LOCALIDADE

PAIS

ATENÇÃO

- Se reside em FRANÇA, ALEMANHA FEDERAL, BÉLGICA, LUXEMBURGO, HOLANDA, INGLATERRA ou SUÍÇA, envie este cupão para:
EMBAIXADA DE PORTUGAL
6, Passage Dombasle
75015-PARIS-FRANÇA.
- Se reside em PORTUGAL, ESPANHA ou outros países excluindo os mencionados acima, envie o cupão para:
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO
Palácio das Necessidades - 1.º Piso
Largo do Rílvias - 1300 Lisboa
PORTUGAL

«MISS CABRILHO-1979» VISITOU PORTUGAL



A jovem **Mardell Correia**, «Miss Festival Cabrilho-1979», esteve no nosso País, durante uma semana, tendo visitado vários locais de interesse histórico e turístico.

Descendente de portugueses naturais de Paúl do Mar (ilha da Madeira), **Mardell Correia**, de 18 anos, encontra-se actualmente inscrita num curso de Arte — depois de ter frequentado o liceu católico «University High School» — e é empregada bancária, tendo sido eleita «Miss Festival Cabrilho-1979» pela comunidade portuguesa de San Diego (Califórnia).

Recorde-se, a propósito, que o Festival Cabrilho, de grandes tradições no sul da Califórnia, particularmente na zona de San Diego, comemora a descoberta da costa oeste dos Estados Unidos, em 1542, pelo navegador português **João Rodrigues Cabrilho**, ao serviço dos reis de Espanha. O Festival — que, no ano transacto, contou com a presença do navio-escola «Sagres», da Armada portuguesa — engloba numerosas manifestações de carácter histórico, cultural e social, alusivas à efeméride, nele tendo participado, este ano, representações de Portugal, Espanha, México e Hawaii.

Durante a sua estada em Lisboa, **Mardell Correia** foi recebida no Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Estado-Maior da Armada e visitou, nomeada-



mente, o Museu da Marinha, o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém, o Museu dos Coches e o Museu Gubenkian. No Campo Pequeno, a jovem luso-americana e a sua acompanhante, **Vanda William Dias**, assistiram a uma tourada, a convite da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração.

«Miss Festival Cabrilho-1979» esteve depois em Cascais, Queluz, Óbidos, Peniche e Caldas da Rainha. Antes de regressar aos EUA, **Mardell Correia** deslocou-se ainda à Madeira, de visita a familiares.



De acordo com o teor de uma recente circular da Junta das Casas do Povo, estes organismos passam a prestar apoio aos emigrantes e seus familiares, informando-os, em especial, sobre o esquema de Segurança Social que os abrange, conforme o país onde se encontram a residir e a trabalhar. Assim, todas as Casas do Povo do País vão passar a dispor de folhetos de divulgação, estando habilitadas a esclarecer os interessados sobre a referida matéria.

PROGRAMA «A VOZ DO EMIGRANTE» NA RÁDIO ALTITUDE

Durante os meses de Julho, Agosto e Setembro, a Rádio Altitude emitiu um programa especialmente dedicado aos emigrantes em férias na região.

Este programa, intitulado «A Voz do Emigrante», contou com o apoio da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração.

«A Voz do Emigrante», transmitido regularmente das 10 às 10,30 horas, de segunda a sábado, incluiu, entre outras iniciativas, a difusão de um conjunto de entrevistas, reportagens, debates e informações diversas. A Rádio Altitude conta repetir esta iniciativa nos

próximos anos, durante este período em que a grande maioria dos trabalhadores portugueses residentes no estrangeiro se desloca à sua terra natal em gozo de férias.

«INSTITUTO DAS COMUNIDADES DE CULTURA PORTUGUESA»

Num cartório notarial da vila de Sintra, foi assinada a escritura de constituição do Instituto das Comunidades de Cultura Portuguesa, que se propõe a fazer o levantamento dos problemas das comunidades de expressão portuguesa no Mundo. As entidades fundadoras foram representadas no acto pelos professores Adriano Moreira e Almerindo Leça, drs. Lucas Pires, João da Costa Figueiredo, João Pereira Neto e Miguel Faria.

O referido Instituto tem como membros fundadores a Universidade Internacional de Macau, a Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro, o Real Gabinete Português de Leitura, também do Rio de Janeiro, a Academia Internacional da Cultura Portuguesa, o Colégio Universitário Pio XII e a Associação Internacional de Ciência Política, criada por professores do departamento de Ciência Política da Universidade Livre de Lisboa.

ENCONTRO DE EMIGRANTES EM LAMEGO

Integrado na «Semana Nacional das Migrações», decorreu em Lamego um encontro de delegados dos emigrantes oriundos da região nordestina, para debater temas de ensino e cultura, emigração e família, e desenvolvimento regional.

O encontro foi preparado pelos responsáveis diocesanos da «Obra Católica das Migrações» reunidos naquela cidade, e teve a participação de representantes das dioceses de Braga, Guarda, Lamego, Vila Real e Viseu.

FÉRIAS EM PORTUGAL PARA 20 JOVENS

Procedentes dos países onde há maiores núcleos de emigrantes portugueses, vinte crianças estiveram a passar férias em Portugal, numa iniciativa do departamento de programas internacionais da RDP, integrada no «Ano Internacional da Criança». Durante a sua estadia entre nós, os jovens visitantes permaneceram em pousadas do FAOJ, em Lisboa e na praia da Areia Branca, tendo visitado monumentos, museus e locais turísticos em vários pontos do País.

As vinte crianças — dez eram filhas de emigrantes, sendo as outras acompanhantes estrangeiras — vieram da Holanda, Luxemburgo, França, Venezuela, Bélgica, Alemanha Federal, Brasil, Canadá, África do Sul e Estados Unidos.

Em Lisboa, o grupo foi recebido pelo Presidente da República, Primeiro-ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração.



Teresa Rondão, de 15 anos, e Cláudia Posthuma, de 14, filhas de portugueses residentes na Holanda, foram as primeiras jovens a chegar ao aeroporto de Lisboa.

ÁFRICA DO SUL

«UNIÃO CULTURAL RECREATIVA E DESPORTIVA PORTUGUESA»

Considerada uma das mais activas e importantes agremiações da comunidade portuguesa radicada na cidade de Joanesburgo, a «União Cultural, Recreativa e Desportiva Portuguesa» comemorou com particular relevo o «10 de Junho», tendo-se destacado do seu programa a imposição de insígnias, pelo cônsul-geral de Portugal, da Ordem de Santiago de Espada e Ordem do Infante D. Henrique, respectivamente aos senhores Miranda Guedes, José E. Bernardo e Rui S. Mota. Nas instalações da UCRDP, foi montado um «stand» (cedido para o efeito pelo secretário Regional da Economia da Madeira) com artesanato português.

As comemorações do «10 de Junho» nesta área consular, foram preenchidas, ainda, com um desfile de todas as associações e escolas portuguesas e exibição de ranchos folclóricos.

Às festividades, além dos presidentes das câmaras municipais circunvizinhas, assistiu o «mayor» de Joanesburgo.

BRASIL

«I JORNADA MÉDICA DOS HOSPITAIS LUSO-BRASILEIROS»

Realizou-se no Hotel Glória, do Rio de Janeiro, a «I Jornada Médica dos Hospitais Luso-Brasileiros», promovida

pela «Beneficência Portuguesa» e que reuniu cerca de 450 médicos de todo o Brasil, de Portugal e de Angola. O presidente da instituição hospitalar «Beneficência Portuguesa», Manuel Lino Costa, em declarações à revista «Voz Luso-Brasileira», considerou que os principais

objectivos desta I Jornada Médica eram «promover um salutar intercâmbio de experiências no sector clínico» e «revelar a todos os participantes os últimos progressos clínicos, quer de ordem nacional, quer internacional».



Manuel Lino da Costa, presidente da «Beneficência Portuguesa», do Rio de Janeiro (foto da revista «Voz Luso-Brasileira»).

«VIAGEM PELO MUNDO DE LÍNGUA PORTUGUESA»

Com o título de «Viagem pelo Mundo de Língua Portuguesa», vai ser estreado em S. Paulo um filme de longa-metragem dirigido por Rubens Rodrigues dos Santos.

«Viagem pelo Mundo de Língua Portuguesa» leva o espectador desde o Brasil a Portugal, passando pelos arquipélagos dos Açores e Madeira e por Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Segundo o realizador, os elementos básicos do filme giram em torno da história da língua portuguesa, desde as suas origens até aos nossos dias, incluindo várias sequências sobre manifestações culturais de cada país onde se fala o idioma comum, com destaque para as danças típicas.

O filme, que levou vários meses a rodar, embora vise fundamentalmente o traço de união entre os povos de língua portuguesa, não deixa de nos mostrar belas paisagens de interesse e inúmeros aspectos folclóricos dos vários países. As diferentes pronúncias e sotaques da nossa língua podem ser ouvidos no

decorrer deste percurso cinematográfico de 95 minutos: as do Minho, Algarve, Alentejo, Nazaré, S. Miguel (Açores), Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, nomeadamente, assim como diversos dialectos tribais.

De um festival moçambicano de canto e dança, a câmara passa, por exemplo, para um desfile das escolas de samba carioca, «de modo a permitir ao espectador — segundo afirmou Rubens dos Santos — identificar as raízes da música popular brasileira», embora o paralelo seja maior nos casos de Angola e Cabo Verde. Mas é igualmente possível ver, nesta obra, danças do Ribatejo e da ilha da Madeira, estas antecedendo as «gaúchas», apesar do Rio Grande Sul ter mais profunda influência dos açorianos, quanto a este aspecto.

O filme, produzido no âmbito de um programa do Ministério da Educação e Cultura do Brasil, é considerado de alto nível artístico e elevado interesse cultural.

CANADÁ

PADRE PORTUGUÊS ORDENADO EM TORONTO

Chama-se Fernando Couto e é natural de São Miguel (Açores) o primeiro sacerdote português ordenado no Canadá. O novo padre, que tem 27 anos de idade, celebrou a sua primeira missa na Igreja de Santa Cruz, centro de reunião da comunidade portuguesa de Toronto.

Na mensagem que então dirigiu aos nossos compatriotas, o padre Fernando Couto recordou que, muito antes de seus pais «terem sonhado» fixar-se no Canadá, já o seu bisavô paterno vivera grande parte da sua vida nos Estados Unidos. Depois de acrescentar que para a sua família, como para «milhares de outras da nossa terra», o factor emigratório «é já quase hereditário», o novo sacerdote, que é graduado em Teologia pelas Universidades de São Paulo e de Otava, sublinhou que se sentia feliz «por ser o primeiro padre português a ser ordenado no Canadá».

ESPAÑA

ENCONTRO DE EMIGRANTES

Reuniu mais de três mil participantes o primeiro grande encontro dos emigrantes portugueses que se realizou em Belibre (Espanha).

No decurso do encontro, patrocinado pelo Secretariado das Migrações das Dioceses de Vila Real e Bragança, foram analisados os principais problemas que, no país vizinho, se põem aos nossos compatriotas e suas famílias. Um desses problemas, possivelmente o mais preocupante, é a falta de escolas primárias para o ensino de língua portuguesa às 1.500 crianças filhas de emigrantes, as

quais são, por isso, obrigadas a frequentar escolas espanholas. As dificuldades que esses trabalhadores encontram na transferência legal para Portugal das suas poupanças foi outra das questões levantadas.

No final da reunião foi aprovada uma resolução em que se apela ao Governo português no sentido de este atender às questões referidas e se lhe pede que, aproveitando as remessas dos emigrantes, faça algo para valorizar o nordeste transmontano.

ESTADOS UNIDOS

«CORRIDA DAS COMUNIDADES-79»

Realizou-se no Estado de Connecticut a «Corrida das Comunidades», prova de atletismo que, tal como no ano passado, foi organizada pelo Consulado de Portugal e contou com o patrocínio de uma instituição bancária nacional e de duas firmas locais. A direcção da prova foi confiada aos responsáveis pelo programa radiofónico português «A Voz do Vale», transmitido todos os domingos na área do Vale de Naugatuck.

A «Corrida das Comunidades» integrou-se nas comemorações do «Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas» realizadas naquele Estado norte-americano e registou a inscrição de 45 concorrentes, de ambos os sexos, representando 7 equipas. De salientar que, pela primeira vez, não se verificaram desistências nem desclassificações. Como curiosidade anote-se que o concorrente mais jovem tinha 9 anos, ao passo que, entre os «veteranos», figurou um participante com 49 anos.

Estamos a correr para a



Organização do
Consulado de Portugal, no Estado de Connecticut.



A equipa de futebol do «Naval 1.º de Maio» da Figueira da Foz, sob a direcção do técnico António Couceiro Figueira, deslocou-se aos EUA, levando consigo uma mensagem de saudade a todos os portugueses ali residentes, sempre ávidos de receber estas comitivas.

A equipa do «Naval» manteve-se nos EUA até meados de Agosto, cumprindo uma série de jogos frente às seleções da Associação Luso-Americana de Futebol (L.A.S.A.), do «Tea Men», de Boston (onde presentemente actuam Artur, Keita e Alexandre Alinho), «Santa Clara», de São Miguel, «Vasco da Gama», de New Port, «Fall River Sports» e do «Portuguese Sports».

Com esta «rodagem» a equipa figueirense iniciou de melhor maneira o treino para a sua participação no próximo «Nacional» da 2.ª Divisão, para além, evidentemente, de ter praticado um intercâmbio desportivo, sempre útil e proveitoso, com as comunidades portuguesas dos EUA.

Na foto, os jogadores que integraram a comitiva figueirense, acompanhados pelos técnicos do clube.

75.º ANIVERSÁRIO DA BANDA DE SANTO ANTÓNIO DE FALL RIVER

A Banda de Santo António da cidade americana de Fall River, comemorou os seus 75 anos de existência no passado mês de Agosto.

Fundada em 1904 por Manuel Arruda Dias, natural dos Mosteiros, ilha de São Miguel (Açores), a citada banda enfrentou dificuldades durante os seus primeiros tempos de existência, como é vulgar em iniciativas deste tipo, acabando, contudo, por se impor, mercê da abnegação e persistência dos seus fundadores, entre os quais se destacou António Voltão, que conta actualmente 82 anos de idade, quarenta dos quais foram, em boa parte, dedicados à actividade daquele agrupamento instrumental.

Entretanto, segundo revelou o jornal «Portuguese Times», o actual director da Banda de

Santo António comunicou que a mesma se prepara para, em 1980, participar nos festejos da Rainha Santa, em Coimbra.

VISITA À GRACIOSA



Graciosa: Igreja matriz de Santa Cruz.

Um grupo de 190 emigrantes açoreanos radicados no Estado de Massachusetts — onde formaram uma banda de música e uma equipa de futebol — efectuou uma visita de 17 dias à ilha Graciosa.

Os componentes deste grupo são, na sua totalidade, originários da referida ilha. A sua deslocação aos Açores contou com o apoio do Executivo da-

quela Região Autónoma, assim como da Força Aérea e Marinha, que se encarregaram do transporte entre a Terceira e a Graciosa.

HOLANDA

ENSINO BÁSICO DE PORTUGUÊS EM HAIA

O último número do Boletim Informativo do Curso de Ensino Básico de Português (Escola Integrada) em Haia, editado sob a orientação da professora Alice Ribeiro Rebelo, dedica boa parte das suas páginas ao Ano Internacional da Criança e inclui, nomeadamente, além de uma série de desenhos executados por alunos daquele Curso, informações úteis sobre as normas de equivalência entre os sistemas de ensino praticados na Holanda e em Portugal.

CENTRO PORTUGUÊS DE ROTERDÃO



A direcção do «Centro Português de Roterdão» comunica a todos os nossos compatriotas residentes nas áreas de Rijnmond, Dordrecht e Gouda que, no corrente ano, vai promover a tradicional «Festa de Natal dos Trabalhadores Portugueses» a 16 de Dezembro próximo. Esta festa será dedicada, particularmente, às crianças portuguesas ali radicadas.

INGLATERRA

ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM EASTBOURNE

O cônsul-geral de Portugal em Londres e a coordenadora pedagógica do Ensino de Português deslocaram-se a Eastbourne, com o objectivo de aí debaterem as possibilidades de criação de um curso de língua portuguesa destinado aos filhos dos trabalhadores radicados naquela cidade do sul da Grã-Bretanha.

No encontro, que reuniu cerca de meia centena de pessoas, foram abordados assuntos relacionados com o referido curso e eleita uma comissão de representantes de pais de alunos.

Recorde-se que na cidade de Eastbourne vivem cerca de 300 portugueses que trabalham, sobretudo, na indústria hoteleira, hospitais e agricultura, sendo a maior parte originária da ilha da Madeira.

CURSOS DE LÍNGUA INGLESA

Segundo informou o mensário «Luta Comum», editado em Londres, um grupo de mulheres britânicas, após terem constatado que existe um grande número de mulheres imigradas neste país vivendo diariamente isoladas, dado não possuírem suficientes conhecimentos da língua inglesa, decidiram promover, a título gratuito, o ensino do inglês a todas as residentes estrangeiras.

Assim, as aulas deste curso funcionam no «Paddington Women's Centre» em Portnall Road, onde está também instalada uma creche que pode ser utilizada por todas as mães que tenham de se fazer acompanhar pelos filhos. O endereço daquele Centro é o seguinte: n.º 115, Pornall Road, tel. 969.8876 (de segunda a sexta-feira, das 10 às 17 horas).

LUXEMBURGO

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS

A «Federação das Associações Portuguesas no Luxemburgo», a cuja criação nos referimos em número anterior, têm vindo a registar novas adesões, segundo informou o mensário «Contacto», editado naquele Grão-Ducado. Assim, encontram-se presentemente inscritas na Federação as seguintes associações desportivas, recreativas e culturais: União Amigável dos Portugueses de Differdange. Associação Desportiva de Emigrantes (Differdange), F. C. «Os Bairradinos» (Esch), Club Torreense (Esch), União Mortaguense (Esch), União Juventude Portuguesa (Esch), Club Recreativo e Cultural dos Portugueses de Dierkirch. Transmontana F. Club (Heffingen), «Águias de Portugal» (Luxemburgo), Juventude Lusitana F. Club (Luxemburgo), União dos

Portugueses de Petange, Associação dos Portugueses de Vianden, Sport Wiltz e Benfica (Wiltz), Juventude F. C. de Merl, «Bons Amigos» (Luxemburgo), «Amigos de Mertzig», «Lisbonenses», «Os Leixonenenses» (Esch), «Os Lusitanos» (Larochette), «Académico» (Trois Vierges), F.C.J. (Ettelbrück) e Sporting Étoile du Sud (Dudelange).

SUAZILÂNDIA

COMUNIDADE PORTUGUESA

Um grupo de funcionários do consulado-geral de Portugal em Maputo (Moçambique) deslocou-se recentemente à Suazilândia, em missão de assistência consular aos nossos compatriotas ali residentes.

Presidentemente, vivem na Suazilândia cerca de 2.500 portugueses, os quais se dedicam predominantemente à construção civil e ao comércio.



Recebemos na nossa redacção o primeiro número do jornal bi-semanal «Abril», órgão dos emigrantes portugueses na Escandinávia, dirigido por Amadeu Batel.

Com secções de cultura, economia, informação política e noticiário local de interesse para os trabalhadores portugueses residentes nos países escandinavos, «Abril» apresenta-se com atraente aspecto gráfico. Do editorial deste primeiro número transcrevemos a seguinte passagem:

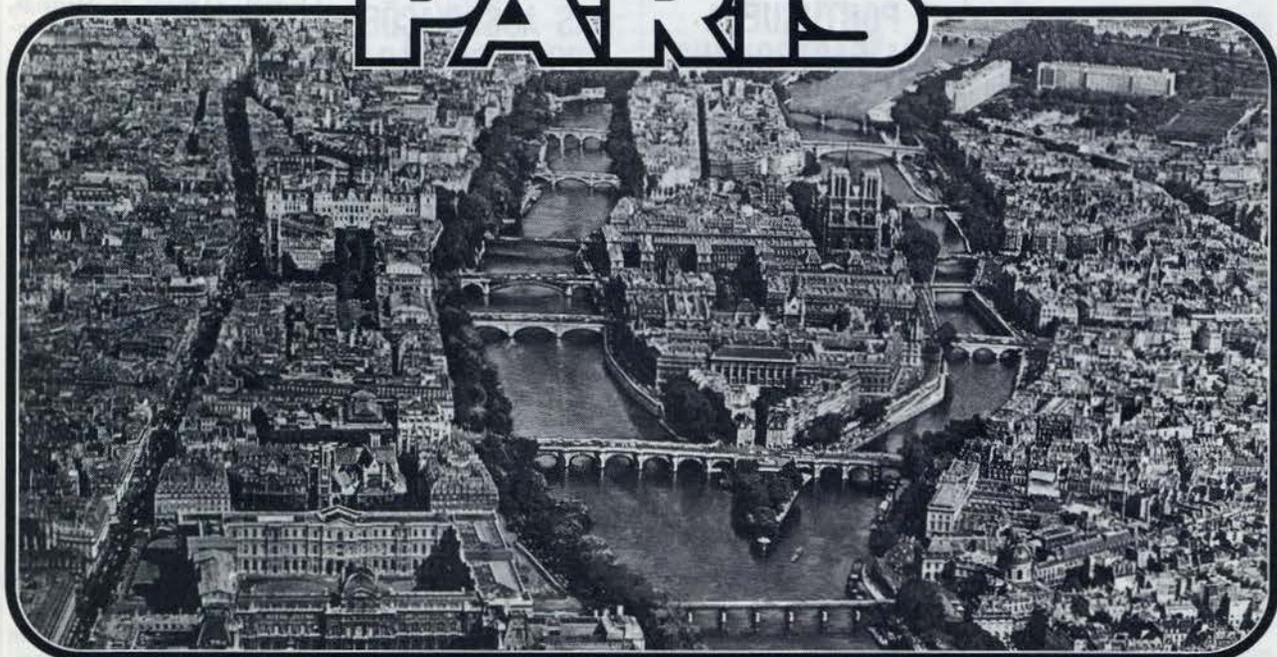
«(...) «Abril» foi criado e idealizado para ser um instrumento capaz de reunir todas as potencialidades criadoras dos portugueses na Escandinávia. Para isto, é necessária e imperiosa a unidade, a acção e a prática participativa de todos os democratas que se identifiem com o ideário da democracia, da justiça social e de um verdadeiro humanismo.»

A imagem que publicamos reproduz o cabeçalho do n.º 1 do novo jornal.

Estamos também aqui para o apoiar nos seus negócios

Há já quatro anos que a Sucursal BPA em Paris vem contribuindo para o desenvolvimento das relações económicas e financeiras entre Portugal e a França
E apoiando, também, os Emigrantes Portugueses que trabalham não só em Paris, como em toda a França

PARIS



Há já muito tempo, também, uma Agência BPA vem servindo os nossos Compatriotas que trabalham ou residem em

VILLIERS-SUR-MARNE

A partir de agora, mais uma Agência BPA em França

CRETEIL

fica ao dispor dos muitos milhares de Emigrantes Portugueses que vivem numa das mais modernas e populosas localidades da Região Parisiense

BPA



BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO



Balcões na Região de Paris

SUCURSAL-5, Rue Auber (à Ópera), 75009-PARIS · Telef. 073.24.65 · Telex 220456
AGÊNCIA DE VILLIERS-55, Av. du Général de Gaulle, 94350-VILLIERS-SUR-MARNE · Telef. 304.37.34
AGÊNCIA DE CRETEIL-53, Rue du Général Leclerc, 94000-CRETEIL · Telef. 899-2176

LEGISLAÇÃO RELATIVA AOS PROFESSORES PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

Publicamos a seguir, na íntegra, dois diplomas legais referentes, respectivamente, à **simplificação das formalidades necessárias para a nomeação de professores de cursos de ensino básico e secundário português no estrangeiro e ao subsídio de transporte para aqueles docentes.**

O primeiro dos diplomas citados é o **Decreto Regulamentar n.º 31/79** do Ministério da Educação e Investigação Científica, inserido no «Diário da República» de 31/5/79 (I Série) e que estabelece o seguinte:

Decreto Regulamentar n.º 31/79

«A Lei n.º 74/77, de 28 de Setembro, e sua regulamentação (Portaria n.º 765/77, de 19 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 336/78, de 14 de Novembro) acautelam os direitos dos que desempenham funções docentes a nível de ensino básico e secundário português no estrangeiro.

Urge, porém, assegurar a simplificação das formalidades necessárias, para que tais funcionários não sejam prejudicados por se encontrarem em serviço fora do País.

Razões de ordem pragmática impõem que os casos relacionados com a sua situação profissional sejam considerados como especiais.

Assim, o Governo decreta, nos termos da alínea e) do artigo 202.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. O atestado médico e o certificado comprovativo de não sofrerem de doença contagiosa, a que se refere o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 48 359, de 27 de Abril de 1968, exigidos a professores de ensino básico ou secundário português no estrangeiro para efeitos de nomeação, poderão ser substituídos, quando esses professores já residam no país onde pretendem ensinar, por um certificado de exame médico emitido por entidade oficial estrangeira, traduzido e legalizado no respectivo consulado português.»

Despacho n.º 24/79

O outro diploma oficial que transcrevemos é o **Despacho n.º 24/79**, dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Edu-

cação e Investigação Científica (Secretarias de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração e do Ensino Básico e Secundário) publicado no «Diário da República» de 7/6/79 (II Série):

«Encontrando-se em fase adiantada de elaboração o **estatuto do docente de cursos de ensino básico e secundário português no estrangeiro** — previsto como regulamentação da Lei n.º 74/77, de 28 de Setembro —, mas importando, todavia, regulamentar, desde já o pagamento de transportes em serviço aos docentes em questão, para evitar disparidades derivadas de procedimentos pontuais e variáveis consoante a área consular respectiva:

Determinamos:

1 — Os professores que leccionam em mais do que um local de trabalho têm direito a um subsídio de transporte referente às deslocações entre o local de trabalho mais próximo da sua residência e os restantes, de acordo com o serviço que lhes haja sido distribuído.

2 — O subsídio de transporte será pago no final de cada um dos três trimestres a que se refere, sendo calculado com base no custo das deslocações (ida e volta) em transporte público utilizável, na classe mais económica.

3 — O cálculo do subsídio trimestral, por cada tipo de deslocação, será feito em moeda local e de acordo com a fórmula $C \times N \times 12$, em que C é o custo de cada tipo de deslocação (ida e volta) referencial no n.º 2, N é o número de deslocação que o professor faz semanalmente, e 12 o número de semanas de cada trimestre.

4 — Quando o professor efectua vários tipos de deslocações, calcular-se-ão os subsídios correspondentes a cada tipo de deslocação, de acordo com o disposto em 2 e 3, e adicionar-se-ão os montantes parciais.

5 — A prova das despesas que servem de base ao cálculo será feita mediante a exibição de um bilhete de transporte público, por cada um dos tipos de deslocação com direito a pagamento, e a indicação do número de vezes que, em cada semana, essa deslocação terá lugar.

6 — A atribuição do subsídio de transporte deve ser substituído pela aquisição de passe social, sempre que tal se revele menos oneroso para o Ministério da Educação e Investigação Científica.

7 — Os subsídios consulares reduzirão, correlativamente, o montante dos subsídios sempre que se verificarem faltas ao serviço por parte do professor, incluindo as ausências relativas à interrupção de aulas por motivo de férias, salvaguardando, no entanto, o estabelecido no número anterior.

8 — Qualquer viagem em serviço que não corresponda ao plano de trabalho atribuído ao professor no início do ano será paga em separado, após a devida justificação, autorização prévia e apresentação dos documentos de despesa.

9 — Os cálculos referidos nos n.ºs 2 e 3, bem como os respeitantes à decisão indicada no n.º 6, serão efectuados pelos serviços consulares, no início do ano lectivo, após a distribuição do serviço docente.

10 — As situações excepcionais que não permitam a aplicação das normas estabelecidas pelo presente diploma, mediante proposta devidamente justificada pelos respectivos serviços consulares e pelos competentes serviços do Ministério da Educação e Investigação Científica, poderão ser autorizadas, caso a caso, por despacho do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário.

11 — A indicação dos montantes dos subsídios de transporte a conceder aos professores será enviada pelos serviços consulares aos serviços de coordenação geral do ensino português, nos países em que existem, para elaboração de mapa global a remeter aos serviços competentes do MEIC para efeitos de aprovação. Nos países onde não existem serviços de coordenação geral do ensino português, tal indicação será enviada pelos serviços consulares, e para os mesmos efeitos, directamente aos serviços competentes do Ministério da Educação e Investigação Científica.

As dúvidas surgidas na aplicação do presente despacho serão resolvidas por despacho do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário ou do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, conforme a sua natureza.»

SISTEMA DE «POUPANÇA- -CRÉDITO» PARA TRABALHADORES PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

Já por diversas vezes nos referimos ao sistema de «Poupança-Crédito» — instituído pelo Decreto-Lei n.º 540/76, de 9/7/76, posteriormente regulamentado pela Portaria n.º 718/76, de 27 de Novembro —, tendo sido publicadas, em anteriores números da Revista, várias Notas Informativas elaboradas pela SENEI sobre este assunto.

Após as alterações introduzidas pela Lei n.º 21-B/77, de 9/4/77, pela Portaria n.º 134/79, de 27 de Março, e pelo Decreto-Lei n.º 79/79, de 9 de Abril, cremos que se justifica a transcrição integral de uma outra Nota Informativa que a SENEI distribuiu e na qual se sintetizam — tendo em conta as alterações citadas — os actuais moldes de funcionamento do sistema de «Poupança-Crédito» para trabalhadores portugueses residentes no estrangeiro.

1. Em que consiste o sistema de «Poupança-Crédito»

É um sistema ao abrigo do qual poderão ser concedidos benefícios:

a) Na compra ou benfeitoria de terrenos, quer para exploração agrícola directa, quer para arrendar;

b) Na compra, construção ou melhoramentos de casas ou andares, quer para habitação própria do dono, quer para arrendar;

c) Na instalação ou desenvolvimento de actividades industriais ou agro-pecuárias.

2. Quais os benefícios a conceder

Desde que verificadas as condições acima indicadas, poderão ser concedidos os seguintes benefícios:

a) Empréstimos de dinheiro com uma taxa de juro mais baixa do que a aplicada no mercado normal;

b) Isenção de imposto de capitais nas contas de depósito;

c) Isenção ou redução do imposto de sisa;

d) Isenção da contribuição predial por determinado número de anos.

3. Quem e como pode beneficiar do sistema de «Poupança-Crédito»

a) Só podem beneficiar deste sistema os emigrantes portugueses, os emigrantes originariamente portugueses que tenham adquirido a nacionalidade estrangeira e seus filhos;

b) Os interessados que se encontrem nestas condições terão de apresentar os seus pedidos de empréstimo nas instituições de crédito do Estado, nos Bancos nacionalizados ou nas Caixas Económicas autorizadas a participar no sistema;

c) A qualidade de emigrante pode ser comprovada mediante a apresentação de carteira de residente no estrangeiro, da

carteira de trabalho ou de qualquer outro documento pelo qual a instituição de crédito depositária se possa assegurar de que o interessado é efectivamente emigrante e reside no estrangeiro há mais de seis meses

4. Qual a condição para poderem beneficiar do sistema

É necessário que as pessoas acima indicadas que pretendam beneficiar das vantagens do sistema de poupança-crédito tenham constituído, nas instituições de crédito já mencionadas uma conta especial denominada «depósito de poupança-crédito», mesmo que não pretendam recorrer ao crédito.

5. De que modo pode ser creditada a conta de depósito «poupança-crédito»

5.1. a) Com o contravalor em escudos de moeda estrangeira efectuados através do sistema bancário;

b) Com o contravalor em escudos de notas estrangeiras e outros meios de pagamento sobre o exterior de que o respectivo titular seja portador ou que tenha remetido ao seu procurador;

c) Com escudos transferidos de contas abertas em outras instituições de crédito, mediante prova de que esses escudos tiveram origem em remessas de moeda estrangeira;

d) Com a transferência do saldo, ou parte, expresso em escudos, de contas de depósito de emigrantes em moeda estrangeira;

e) Com os juros vencidos.

5.2. Quando os fundos transferidos tenham sido aplicados em contas expressas em escudos, só podem ser creditados na referida conta especial desde que a transferência haja sido efectuada a partir de 14 de Abril de 1977 (data de entrada em vigor da Lei n.º 21-B/77) e também permanecendo depositados em instituições de crédito portuguesas desde a sua transferência.

6. Quem pode movimentar a conta de depósito poupança-crédito

a) Os titulares das contas de depósito de poupança-crédito podem autorizar, através de procuração em que se especifiquem os poderes do procurador, que residentes em Portugal movimentem essas contas, nas condições e dentro dos montantes que estabeleçam;

b) Sempre que a delegação de poderes seja feita a favor dos cônjuges, pais, filhos

ou irmãos, pode essa delegação constar de documentos relativos à abertura de conta de depósito;

c) Durante o período de vigência do depósito de poupança-crédito podem ser livremente efectuados levantamentos de fundos.

7. Duração da conta de depósito poupança-crédito

a) As contas de depósito de poupança-crédito são expressas em escudos e o seu período de vigência pode ir até ao máximo de 5 anos, contados a partir da data da sua abertura; em qualquer momento deste período pode ser concedido o empréstimo;

b) Não sendo o respectivo saldo utilizado para o seu fim específico, ao fim de 5 anos deve o mesmo ser transferido para uma conta de depósito à ordem ou a prazo, conforme o titular preferir, e cancelada a conta de poupança-crédito.

8. Juros vencidos pelos depósitos de poupança-crédito e isenção de impostos

a) Os depósitos de poupança-crédito vencem juros à taxa atribuída aos depósitos a prazo de 180 dias (actualmente 12%), que serão contados ao semestre e capitalizados na própria conta;

b) Por cada período completo de um ano e um dia em que a conta não registre levantamentos creditar-se-á um prémio correspondente ao diferencial da taxa de juro para os depósitos a mais de um ano (actualmente 20%);

c) Os juros vencidos pelos depósitos de poupança-crédito estão isentos do imposto de capitais.

9. Condições em que é concedido o empréstimo

9.1. A concessão de empréstimos no sistema de «poupança-crédito» subordina-se às seguintes condições:

a) O empréstimo destinar-se-á à construção, aquisição ou melhoramentos de prédios urbanos, à aquisição ou benfeitorias de prédios rústicos e ainda a auxiliar a instalação e desenvolvimento de actividades industriais e agro-pecuárias;

b) O montante do empréstimo tem o limite máximo de 1500 contos e não pode em caso algum exceder o dobro do saldo da conta de depósito no momento da apresentação do respectivo pedido, nem ser superior a 80% do valor que a instituição de crédito atribuir aos imóveis a adquirir

ou a construir ou às benfeitorias a realizar. Se o empréstimo se destinar à instalação ou desenvolvimento de actividades industriais e agro-pecuárias não pode exceder 50% do investimento a realizar;

c) O montante do empréstimo, acrescido de todo o saldo da conta, deve ser utilizado, pela sua totalidade, no pagamento dos imóveis adquiridos ou construídos, das benfeitorias neles efectuadas ou do investimento realizado;

d) Nos casos de construção ou de melhoramentos de prédios urbanos ou de benfeitorias em prédios rústicos, a utilização do empréstimo ficará condicionada à verificação do andamento das obras;

e) Os empréstimos serão garantidos por hipoteca sobre os bens de que se trate a favor da instituição de crédito, podendo no entanto, aceitar-se, nos casos de créditos para investimento industrial ou agro-pecuário e mediante prévia autorização do Banco de Portugal, a prestação de outro tipo de garantia que ofereça segurança equivalente;

f) O prazo do empréstimo não poderá exceder 12 anos;

g) A amortização será feita, em prestações mensais ou semestrais, iguais de capital e juros;

h) Os empréstimos concedidos beneficiam de uma taxa de juro — actualmente de 11,5% — que é inferior à taxa corrente no mercado, pagando o Estado a diferença do juro.

9.2. As condições fixadas nas alíneas anteriores valem para cada conta, podendo o emigrante ser titular de mais de uma conta beneficiando cada uma delas do regime do sistema «Poupança-Crédito».

9.3. Aos pedidos de empréstimo apresentados às instituições de crédito em data anterior a 9 de Abril de 1979 será aplicável o regime em vigor no momento da apresentação dos mesmos pedidos.

10. Condições em que se verifica a isenção ou redução de sisa

a) Se o valor atribuído pelas Finanças ao terreno, prédio ou andar, para efeitos de sisa, não exceder o montante correspondente ao dobro da importância transferida do estrangeiro para Portugal e efectivamente utilizada na aquisição, haverá isenção total de sisa;

b) Se esse valor exceder o montante referido no número anterior, será devido sisa sobre o excesso.

Para exemplificar, imagine-se um terreno, prédio ou andar a que as Finanças

atribuem o valor colectável de 1000 contos. A sisa a pagar depende da quantia trans-

ferida do estrangeiro e aplicada na aquisição de acordo com o quadro seguinte:

QUANTIA TRANSFERIDA E APLICADA (HIPÓTESES)	VALOR SOBRE QUE INCIDE A SISA	PERCENTAGEM DO VALOR DO PRÉDIO ISENTO DE SISA
500 contos ou mais	0 (1000 — 2x500)	100%
400 contos	200 contos (1000 — 2x400)	80%
300 contos	400 contos (1000 — 2x300)	60%
200 contos	600 contos (1000 — 2x200)	40%
100 contos	800 contos (1000 — 2x100)	20%

A Lei n.º 21-B/77, de 9/4/77, veio estabelecer uma importante alteração relativamente ao Decreto-Lei n.º 540/76: é que deixou de ser necessário pedir um empréstimo para beneficiar da isenção ou redução de sisa e da contribuição predial. Quer dizer, o interessado pode prescindir do empréstimo, se quiser, que não perde o direito àqueles benefícios, desde que a aquisição:

a) Seja efectuada ao abrigo do sistema de poupança-crédito;

b) Embora sem recurso ao crédito, o adquirente utilize directamente na aquisição importâncias transferidas ou a conta de depósito a que se referem, respectivamente, as alíneas a) e b) do n.º 5 acima descrito.

11. Condições em que se verifica a isenção de contribuição predial

O período de isenção de contribuição predial a conceder está relacionado com a percentagem correspondente à isenção de sisa, nos seguintes termos:

ESCALÕES	PERCENTAGEM CORRESPONDENTE A ISENTÃO DE SISA	PERÍODO DE ISENTÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREDIAL A CONCEDER
A	Igual a 100% (isenção total)	10 anos
B	Entre 75% e menos de 100%	8 anos
C	Entre 50% e menos de 75%	6 anos
D	Entre 25% e menos de 50%	4 anos
E	Entre 10% e menos de 25%	2 anos

Aplicando esta tabela ao exemplo indicado no número anterior da presente nota informativa, os resultados são os seguintes:

ISENTÃO DE SISA	PERÍODO DE ISENTÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREDIAL
100%	10 anos
80%	8 anos
60%	6 anos
40%	4 anos
20%	2 anos

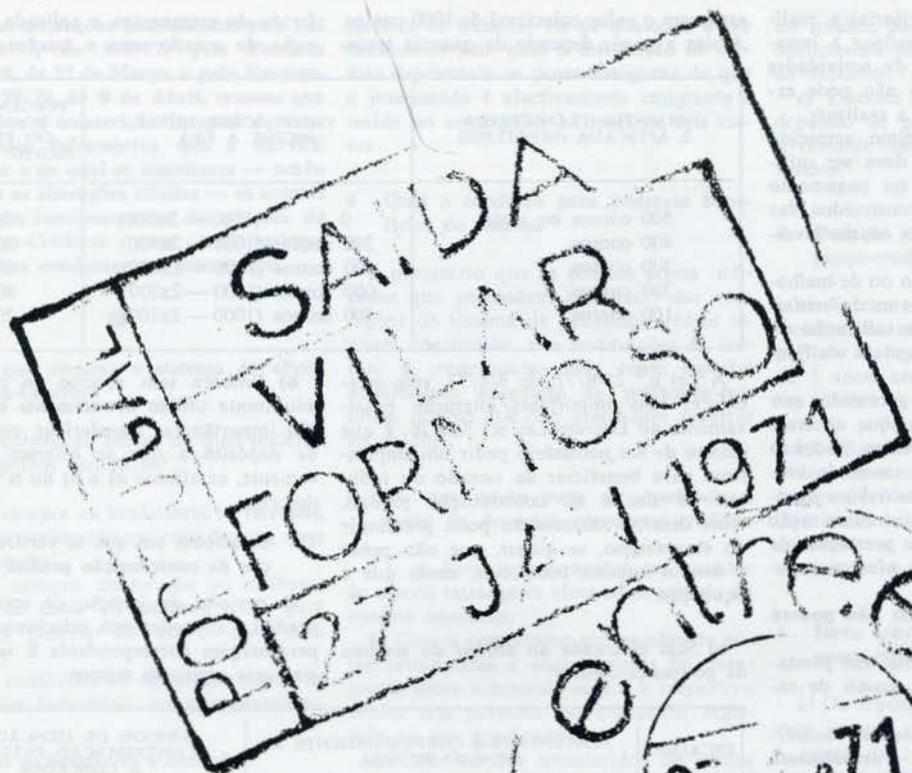
12. Aplicação retroactiva

Como se disse no ponto 10., anteriormente à Lei n.º 21-B/77 quem não pedisse um empréstimo no sistema de «poupança-crédito» não poderia beneficiar da isenção de sisa nem de contribuição predial, mesmo que tivesse comprado o terreno

ou a casa com dinheiro transferido do estrangeiro. O que teve como resultado que alguns emigrantes, ao efectuarem a compra com economias transferidas para Portugal, e sem recorrerem ao pedido de empréstimo, pensavam ter direito aos mesmos benefícios, só depois verificando que não era assim.

Ora, a Lei n.º 21-B/77 estabeleceu que a isenção ou redução de sisa e de contribuição predial, a conceder nos moldes indicados nos pontos 10 e 11. da presente nota informativa, é aplicável às compras efectuadas desde 9 de Julho de 1976, desde que o emigrante possa demonstrar que aplicou directamente nessa compra dinheiro transferido do estrangeiro. Para fazer esta prova, os interessados deverão solicitar à instituição de crédito, por intermédio da qual foi feita a transferência, um certificado dessa transferência apresentando-o em seguida na respectiva Reparação de Finanças.

também passámos a fronteira



a império a maior companhia de seguros portuguesa hà sete anos em França

Para o ajudar a construir um futuro.

Para que possa realizar-se sentindo-se
firmado na vida.

Para encontrar em si próprio
e no seu seguro de vida um apoio importante.



AO SEU SERVIÇO

IMPÉRIO
a sua seguradora

105, Rue du Faubourg Saint-Honoré 75008 PARIS - Tél. 260 33 18

Esta secção está aberta a todos os leitores. Nela inserimos, total ou parcialmente, as cartas que nos são dirigidas e as respectivas respostas — elaboradas, quando necessário, pelos Serviços Técnicos da SENE, que, simultaneamente, se encarregam de responder directamente aos interessados —, sempre que as mesmas, pelos temas que abordam, possam eventualmente interessar a outros leitores. Toda a correspondência dirigida a esta secção deverá ser enviada para:

Revista «25 de Abril / Comunidades Portuguesas»
Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração
Palácio das Necessidades — 1.º Piso
Largo do Rilvas,
1354 Lisboa CODEX
Portugal

«(...) Tenho 16 anos e ando a fazer um curso de esteno-dactilografia francesa.

No entanto os meus pais pensam regressar a Portugal e por este motivo agradeceria que me dessem todas as informações relativas ao meu futuro em Portugal como esteno-dactilógrafa e também em relação aos estudos suplementares que deverei efectuar.

Agradeço-lhes muito as informações.

M. R. A. (França)»

Para poder exercer a profissão de esteno-dactilógrafa em Portugal terá de procurar o respectivo emprego, dado que esta Secretaria de Estado não tem possibilidade de intervir na obtenção de qualquer colocação.

Os cursos de esteno-dactilografia em Portugal não são oficiais, pelo que somos da opinião que quando voltar a Portugal deve trazer todas as provas comprovativas das habilitações que tiver obtido em França, tendo em vista a concessão de uma possível equivalência, através do Ministério da Educação e Investigação Científica.

O certificado comprovativo das habilitações literárias que tiver, deve ser devidamente autenticado pelo consulado da área da sua residência.

«Não me envergonho de ter chorado, porque também vi a meu lado homens, pais de filhos, com lágrimas nos olhos, quando, a 10 de Junho, Dia das Comunidades Portuguesas, na cidade de Zaandam (Holanda), assistíamos a uma festa exclusivamente realizada por crianças, comemorando para a maior parte dos emigrantes portugueses este célebre dia.

Não me atreveria eu a escrever estas linhas se me não tivesse sensibilizado a actuação e a alegria com que estas crianças brindaram os presentes, mostrando-nos quanto de positivo é possível realizar e delas há a esperar.

Numa tarde de alegria que entrou pela noite fora, e apesar da sala se encontrar cheia, ninguém arredou pé, tal foi a riqueza de variedades por elas apresentada.



Desde o já famoso rancho infantil — a partir desta data denominado «Rancho das Ceifeiras de Zaandam» —, foram ainda aqui apresentados um grupo de teatro, um coro com canções próprias para o fim a que esta festa se destinava, um concurso de lingua portuguesa que fez pasmar os assistentes, etc.

Organização perfeita, onde não faltou um bem recheado lanche para todas as crianças e que, depois, os adultos também tiveram oportunidade de partilhar.

Não pode ficar despercebido o trabalho do professor português nesta localidade, homem ainda jovem, mas de uma actividade e dedicação que lhe têm grangeado a admiração e simpatia de todos os conterrâneos. Mola real neste desejável encontro, pôde ele ainda mostrar, num filme que apresentou, quão saudável é o convívio entre os seus alunos, não obstante serem portugueses e cabo-verdianos, aonde reina a alegria e aonde lhes fica o desejo da próxima aula para um novo encontro que que de outra maneira por certo não seria possível.

É com mágoa que tive conhecimento que em diversos pontos onde abunda a colónia portuguesa não se fez algo semelhante, para felicidade daqueles que serão o futuro e tão necessitados se sentem do apoio e carinho dos responsáveis de determinados centros portugueses que, na maior parte dos casos, se servem da juventude para fins políticos. Basta, senhores, de jogos ilícitos e dêem às crianças a felicidade que elas merecem!

Um pai contente mas revoltado,

M. Fernandes (Zaandam-Holanda)»

Só agora nos é possível publicar a carta deste nosso leitor, dado que a mesma chegou à nossa Redacção quando o número anterior da Revista — em boa parte dedicado às comemorações do «Dia das Comunidades» — estava já na fase final de paginação. Consideramos, no entanto, que esta carta não perdeu actualidade nem significado, pelo que decidimos inseri-la neste número.

«Tenho uma casa comprada com o dinheiro ganho aqui na Alemanha e não fui protegido com a lei de isenção de impostos.

O rés-do-chão está arrendado e o 1.º andar está fechado à espera do meu regresso, pagando por ano 9.870\$00 de contribuição.

Embora tenha a casa fechada mantenho a electricidade ligada, para que uma pessoa me vá lá fazer limpeza e ligar o aspirador, mas passam-se muitos meses que nem o mínimo gasto (...).

Ora tendo a casa fechada, pago contribuição, imposto de televisão e ainda por cima sou obrigado a pagar a taxa para a Radiodifusão Portuguesa, que eu não utilizo (...).

É por causa deste último caso que eu venho fazer esta reclamação, pois os emigrantes têm que pagar todas as contribuições da maior à mais pequena e somos esquecidos para qualquer beneficio (...).

F. C. (Alemanha Federal)»

Nos termos da legislação vigente nesta matéria, apenas as casas compradas e que beneficiem da isenção de sisa no acto da escritura, é que poderão também beneficiar da isenção de contribuição predial por determinado número de anos.

Assim, a casa mandada construir por V. Ex.ª por não ter sido objecto de escritura pública de contrato de compra e venda não pode beneficiar de isenção de contribuição predial.

Relativamente à isenção de pagamento da taxa da T.V. pelo facto de não utilizar o receptor por estar a trabalhar na Alemanha, a Radiodifusão Portuguesa comunicou-nos, em Janeiro último, que «não existe, legalmente, qualquer suspensão de pagamento de taxas aplicável aos emigrantes, concluindo-se portanto que as taxas são exigíveis, nas mesmas condições dos outros titulares de licença».

Circuito de Cinema da SENE

tamb
passamos a fronteira

52

LOPES, Fernando



Nasceu em 28 de Dezembro de 1935, em Alvaiázere. Depois de ter frequentado a London School of Film Technique, efectuou um estágio em Hollywood, sendo presentemente director de programas da RTP-2.

Do circuito de Cinema da SENE fazem parte três obras deste realizador: uma curta-metragem dedicada às crianças, intitulada «Era uma vez... amanhã» e as longas-metragens «Uma Abelha na Chuva» e «Cantigamente». A primeira é um filme de ficção baseado no conhecido romance de Carlos de Oliveira, enquanto a segunda constitui o primeiro programa de uma série produzida para a RTP em 1976; estes dois filmes são a preto e branco e em formato normal.

«Era uma Vez... Amanhã»

Fotografia: normal; cor
Ano de produção: 1971
Tempo: 10 min.
Tema: A Feira Internacional de Lisboa vista pelas crianças



Dois imagens do filme «Uma Abelha na Chuva».

«Uma Abelha na Chuva»

Ano de produção: 1971
Fotografia: Manuel Costa e Silva
Montagem: Teresa Olga
Intérpretes principais: Laura Soveral, João Guedes, Zita Duarte, Rui Furtado
Tema: Crítica social

«Cantigamente»

Ano de produção: 1976
Montagem: Fernando Lopes
Colaboração de: Dr. Jacinto Batista, Prof. Oliveira Marques, César de Oliveira, João Perry, Alexandre O'Neill

Pesquisa cultural: Ernesto de Sousa

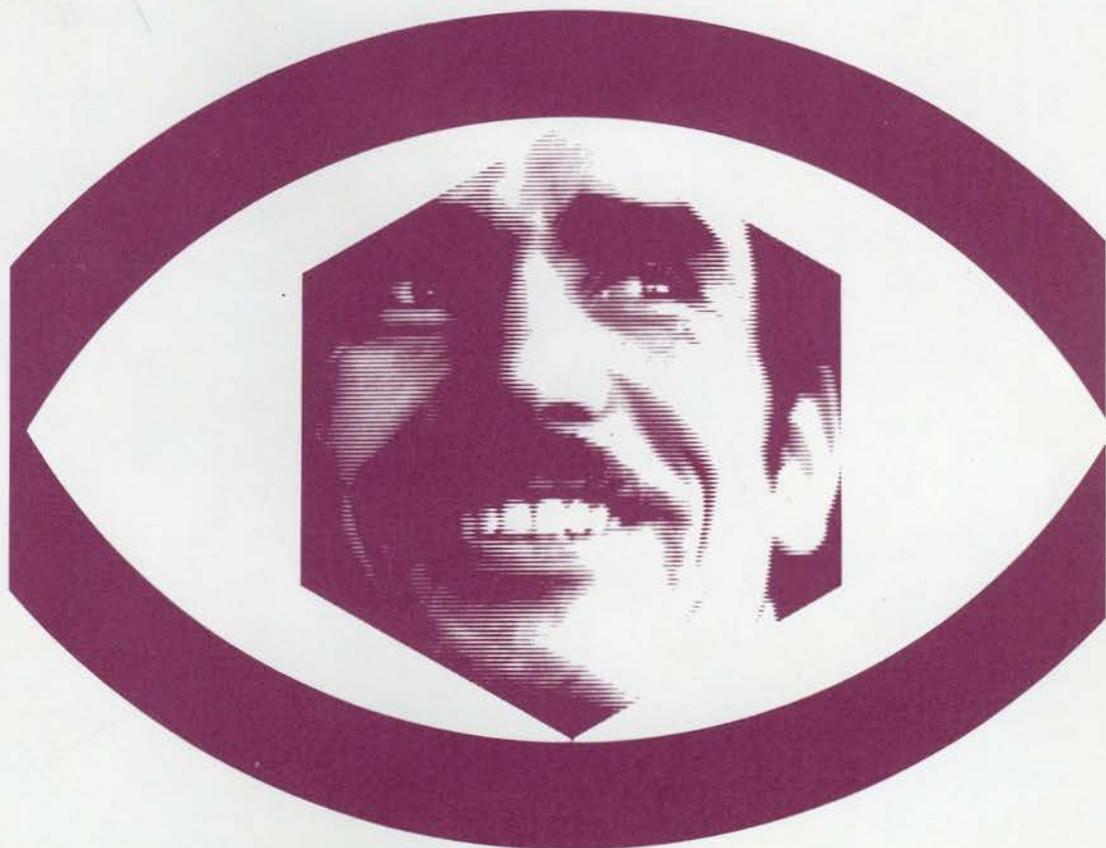
Um fado por: Manuel de Almeida

Extractos dos filmes: «LISBOA», de Leitão de Barros, «JOÃO RATÃO», de Jorge Brum do Canto

SE A SUA ASSOCIAÇÃO
TEM CONDIÇÕES PARA PROMOVER SESSÕES DE CINEMA
COM FILMES NO FORMATO DE 16 mm
CONTACTE OS SERVIÇOS CONSULARES

mosaico

programa da TV francesa
para trabalhadores imigrados



FR3

todos os domingos, 10.30 às 12 horas
produção ICEI (Information Culture et Immigration)

a participação de Portugal é assegurada pela Radiotevisão Portuguesa
em colaboração com a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração

A correspondência deverá ser enviada para:

«MOSAICO»

ICEI (Information Culture et Immigration)

43 bis rue des Entrepreneurs

75015 Paris

